Estratégia Concursos

Aula 01

Ética no Serviço Público p/ INSS (Técnico do Seguro Social) Com Videoaulas - 2020

Autor:
Paulo Guimarães

20 de Janeiro de 2020

Sumário

Considerações Iniciais 4

Ética e Moral 6

1. Ética e Moral: Origem e diferenças 6

1.1. Comparação entre ética e moral 6

1.2. Noções introdutórias 7

1.3. Problemas morais e problemas éticos 12

1.4. Classificação da ética 13

2 - Valores e Virtudes 16

2.1. Valores 16

2.2. Virtudes 17

Ética, princípios e valores. Ética e democracia: exercício da cidadania. Ética e função pública. Ética no Setor Público 19

1. Ética, Princípios e Valores 19

2. Ética e Democracia: Exercício da Cidadania 23

3. Ética e Função Pública. Ética no Setor Público 24

Questões Comentadas 31

Lista de Questões 82

Gabarito 107

Resumo 109

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olá, amigo concurseiro! Seja bem-vindo ao nosso curso!



Meu nome é Paulo Guimarães, e estarei junto com você na sua jornada rumo à aprovação no seu concurso. Vamos estudar em detalhes da **Ética**! Discutiremos as possibilidades de cobrança em questões e comentaremos questões já aplicadas.

Antes de colocarmos a "mão na massa", permitam-me uma pequena apresentação. Nasci em Recife e sou graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, com especialização em Direito Constitucional. Minha vida de concurseiro começou ainda antes da vida acadêmica, quando concorri e fui aprovado para uma vaga no Colégio Militar do Recife, aos 10 anos de idade.

Em 2003, aos 17 anos, fui aprovado no concurso do Banco do Brasil, e cruzei os dedos para não ser convocado antes de fazer aniversário. Tomei posse em 2004 e trabalhei como escriturário, caixa executivo e assistente em diversas áreas do BB, incluindo atendimento a governo e comércio exterior. Fui também aprovado no concurso da Caixa Econômica Federal em 2004, mas não cheguei a tomar posse.

Mais tarde, deixei o Banco do Brasil para tomar posse no cargo de técnico do Banco Central, e lá trabalhei no Departamento de Liquidações Extrajudiciais e na Secretaria da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional.

Em 2012, tive o privilégio de ser aprovado no concurso para o cargo de Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, em 2° lugar na área de Prevenção da Corrupção e Ouvidoria. Atualmente, desempenho minhas funções na Ouvidoria-Geral da União, que é um dos órgãos componentes da CGU.

Minha experiência prévia como professor em cursos preparatórios engloba as áreas de Direito Constitucional e legislação especial.

Ao longo do nosso curso estudaremos os dispositivos legais, as abordagens doutrinárias e também a jurisprudência dos tribunais superiores. Tentarei deixar tudo muito claro, mas se ainda ficarem dúvidas não deixe de me procurar no nosso fórum ou nas redes sociais, ok!?

Acredito que nossa matéria seja uma daquelas que constituirão o verdadeiro diferencial dos aprovados. Muitos candidatos deixam o estudo de legislação específica para a última hora, mas isso não vai acontecer com você!

Garanto que todos os meus esforços serão concentrados na tarefa de obter a SUA aprovação. Esse comprometimento, tanto da minha parte quanto da sua, resultará, sem dúvida, numa preparação consistente, que vai permitir que você esteja pronto no dia da prova, e tenha motivos para comemorar quando o resultado for publicado.

Muitas vezes, tomar posse em cargos como esses parece um sonho distante, mas, acredite em mim, se você se esforçar ao máximo, será apenas uma questão de tempo. E digo mais, quando você for aprovado, ficará surpreso em como foi mais rápido do que você imaginava.

Se você quiser receber conteúdo gratuito e de qualidade na sua preparação para concursos, peço ainda que me siga no instagram. Lá tenho comentado questões e dado dicas essenciais de preparação para qualquer concurseiro.

@profpauloguimaraes

Antes de iniciarmos o nosso curso, vamos a alguns AVISOS IMPORTANTES:

1) Com o objetivo de ***otimizar os seus estudos***, você encontrará, em ***nossa plataforma (Área do aluno)***, alguns recursos que irão auxiliar bastante a sua aprendizagem, tais como ***"Resumos"***, ***"Slides"*** e ***"Mapas Mentais"*** dos conteúdos mais importantes desse curso. Essas ferramentas de aprendizagem irão te auxiliar a perceber aqueles tópicos da matéria que você precisa dominar, que você não pode ir para a prova sem ler.

2) Em nossa Plataforma, procure pela ***Trilha Estratégica e Monitoria*** da sua respectiva área/concurso alvo. A Trilha Estratégica é elaborada pela nossa equipe do *Coaching*. Ela irá te indicar qual é exatamente o ***melhor caminho*** a ser seguido em seus estudos e vai te ajudar a ***responder as seguintes perguntas***:

- Qual a melhor ordem para estudar as aulas? Quais são os assuntos mais importantes?

- Qual a melhor ordem de estudo das diferentes matérias? Por onde eu começo?

- *"Estou sem tempo e o concurso está próximo!"* Posso estudar apenas algumas partes do curso? O que priorizar?

- O que fazer a cada sessão de estudo? Quais assuntos revisar e quando devo revisá-los?

- A quais questões deve ser dada prioridade? Quais simulados devo resolver?

- Quais são os trechos mais importantes da legislação?

3) Procure, nas instruções iniciais da "Monitoria", pelo *Link* da nossa ***"Comunidade de Alunos"*** no Telegram da sua área / concurso alvo. Essa comunidade é ***exclusiva*** para os nossos assinantes e será utilizada para orientá-los melhor sobre a utilização da nossa Trilha Estratégica. As melhores dúvidas apresentadas nas transmissões da "***Monitoria***" também serão respondidas na nossa ***Comunidade de Alunos*** do Telegram.

(*) O Telegram foi escolhido por ser a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, tem recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.

Encerrada a apresentação, vamos à matéria. Analise o material com carinho, faça seus esquemas de memorização e prepare-se para a revisão final. Se você seguir esta fórmula, o curso será o suficiente para que você atinja um excelente resultado.

Agora vamos o que interessa. Mãos à obra!

ÉTICA E MORAL

Já estudei esses temas diversas vezes, e vou ser bem honesto com você. Os conceitos não são complicados, mas às vezes as questões formuladas pelas bancas confundem o candidato. Acho que isso acontece porque as bancas tentam ser "criativas" demais, e algumas vezes terminam criando questões confusas e difíceis de compreender.

Minha proposta para vencer esse desafio é a seguinte: vou dar a explicação teórica de forma completa, porém o mais simples possível, e então passaremos às questões comentadas. Se você ler a teoria, resolver as questões e ler os comentários com bastante atenção, garanto que será muito difícil se surpreender na hora da prova, ok!?

1. Ética e Moral: Origem e diferenças

1.1. Comparação entre ética e moral

Primeiro de tudo: **ÉTICA** e **MORAL** são conceitos diferentes, apesar de frequentemente confundirmos os dois. Na realidade, a maior parte dos editais de concurso nos cobra as diferenças entre ética e moral, mas essa é uma comparação inútil, e vou explicar a você a razão disso.

No nosso dia a dia costumamos raciocinar comparativamente, e esse tipo de raciocínio, de maneira geral, é muito importante para nós. Se você precisa comprar um caderno, pode compará-lo com um fichário, de maneira a avaliar as vantagens e desvantagens de cada solução. Se você pretende comprar um veículo, poderá compara um automóvel, uma motocicleta e uma bicicleta, de maneira a identificar as principais diferenças entre cada um deles. Essa comparação, porém, só faz sentido porque automóvel, motocicleta e bicicleta são espécies do mesmo gênero: todos são veículos.

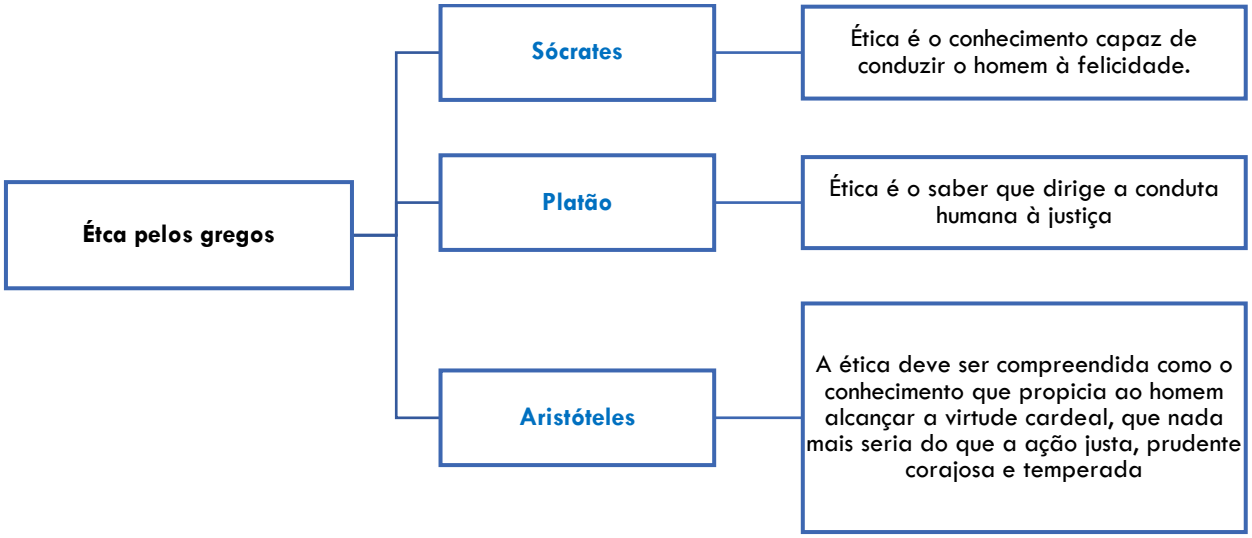
O mesmo não ocorre com a ética e a moral. Elas não são espécies de um mesmo gênero. Comparar ética e moral é o mesmo que comparar um caderno com uma bicicleta, ou um fichário com uma motocicleta...

Meu primeiro conselho, portanto, é que você "vá com calma" nesses estudos introdutórios. Estudar Ética não é o mesmo que estudar Contabilidade: os conceitos aqui são mais fluidos, e a banca examinadora tem uma pequena licença para ser "criativa". Algumas vezes, inclusive, isso traz resultados catastróficos, com questões confusas e mal escritas.

1.2. Noções introdutórias

A palavra ética vem do grego ***ethos***, que, em sua acepção original, significa **caráter**, modo de ser ou qualidade do ser.

Para Sócrates, a ética era o conhecimento capaz de conduzir o homem à felicidade. Platão, por sua vez, considerava a ética como o saber que dirige a conduta humana à justiça. Para Aristóteles, a ética deve ser compreendida como o conhecimento que propicia ao homem alcançar a virtude cardeal, que nada mais seria do que a ação justa, prudente corajosa e temperada.



Podemos dizer que **a ética é o conhecimento que oferta ao homem critérios para escolha da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana**[1]. Se partirmos do pressuposto de que o homem busca uma vida equilibrada, orientada pelo bem comum, podemos dizer que a ética é a reflexão acerca de quais são as condutas virtuosas, boas e aceitáveis, e de quais não são, e por isso devem ser evitadas.

Alguns autores também têm dito que, nos dias atuais, a ética se aproxima bastante dos **Direitos Humanos** enquanto critério de justiça. Ao agir com respeito e reverência aos Direitos Humanos, o homem estaria se comportando de forma ética[2]. O núcleo irradiador dos Direitos Humanos é a dignidade da pessoa humana.

---

[1] ALMEIDA, Guilherme de Assis; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. Ética e direito: uma perspectiva integrada, 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2009, p. 4.

[2] BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. Noções de Ética no Serviço Público, 3ª ed., São Paulo: Juspodivm.

O respeito à dignidade da pessoa humana garante a todos uma vida digna. Podemos dizer ainda que a salvaguarda e promoção da dignidade humana constituem os Direitos Humanos.

O vocábulo moral, por sua vez, originou-se da tradução do *ethos* para o latim ***mos*** (ou *mores*, no plural), que significa **costume**.

O termo "moral", não entendo, não traduz a palavra grega originária por completo. O *ethos* grego possuía dois sentidos diferentes, mas relacionados: o primeiro era a **interioridade do ato humano**, ou seja, aquilo que gera uma ação genuinamente humana e que brota a partir do sujeito moral, ou seja, *ethos* remete ao agir, à intenção.

Por outro lado, havia também o sentido relacionado à questão dos hábitos, **costumes**, usos e regras, e que se materializa na assimilação social dos valores, sob uma ótica mais prática, voltada à prescrição de conduta.

A tradução latina do termo *ethos* para *mos* não contemplou a dimensão pessoal do ato humano, incorporando apenas o sentido comunitário da atitude valorativa. Por esse motivo confundimos frequentemente os termos ética e moral.

Tanto *ethos* (caráter) como *mos* (costume) indicam um tipo de comportamento que normalmente consideramos como não natural, adquirido por meio do exercício consciente e do hábito. Portanto, ética e moral dizem respeito a uma realidade humana construída histórica e socialmente por meio das relações coletivas dos seres humanos enquanto sociedade.



Ética e **moral** dizem respeito a uma realidade humana construída histórica e socialmente por meio das relações coletivas dos seres humanos enquanto sociedade.

No nosso dia a dia dificilmente distinguimos os conceitos de ética e moral, mas vários estudiosos fazem essa distinção. Para ser um pouco mais convincente, eu diria para você que, para as **bancas organizadoras**, ética e moral não são a mesma coisa, e isso é o suficiente para que você entenda a importância de dominar essas diferenças, certo? ☺

Enquanto a **ética** está relacionada à reflexão, com **caráter especulativo** (científico), a **moral** traduz essa reflexão em ação, tendo caráter normativo. A moral determina o nosso comportamento por meio de um sistema de **prescrição de conduta**. Nós adotamos uma conduta ou outra com base num sistema de valores enraizado em nossa consciência, notadamente envolvendo ideias pré-concebidas de certo e errado, que vão, ao longo da vida, guiar nossa conduta. Essa é a ideia de moral.

Vou pegar emprestados alguns conceitos próprios da **Teoria da Norma** para esclarecer o que é a prescrição de conduta. Quem cursou Direito na faculdade inevitavelmente estudou bastante essa teoria!

A **prescrição de conduta** é um fenômeno social que se manifesta por meio da norma. Isso acontece quando alguém diz como outra pessoa deve se comportar. Você provavelmente pensou nos seus pais dizendo para você não falar de boca cheia, ou para tirar os cotovelos de cima da mesa, não é mesmo!? Este é um exemplo válido de prescrição de conduta!

O fenômeno prescritivo também acontece quando você lê um manual que explica como montar um móvel novo que você comprou. Este é um exemplo de **norma técnica**, enquanto a sua mãe lhe mandando se comportar na mesa traduz uma **norma de etiqueta, ou de trato social**. Temos ainda a **norma jurídica**, que se manifesta quando uma lei, decreto ou outra modalidade normativa determina como você deve se comportar, dizendo, por exemplo, que você precisa usar o cinto de segurança para dirigir, ou que você não pode agredir uma outra pessoa.

Estes são exemplos de norma, e agora acredito que você já tenha compreendido como se dá esse fenômeno normativo. A norma está presente no nosso dia a dia, e orienta nossa conduta em praticamente tudo que fazemos. Pois bem, **a moral é um fenômeno social de caráter normativo**, orientando a nossa conduta no dia a dia.

Os dicionários definem moral como "conjunto de preceitos ou regras para dirigir os atos humanos segundo a justiça e a equidade natural." (Michaelis), ou seja, regras estabelecidas e aceitas pelas comunidades humanas num determinado momento histórico.

A ética, por outro lado, é a **parte da filosofia** que se ocupa do comportamento moral do homem. Ela engloba um conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa, que estão ligados à prática do bem e da justiça, aprovando ou desaprovando a ação do homem, de um grupo social ou de uma sociedade.

A moral é normativa. Enquanto a ética é ciência, voltada para o comportamento moral, e busca compreender e criticar a moral de uma sociedade. A ética é **filosófica** e **científica**.

Para Aurélio Buarque de Holanda, ética é "o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto".

Enquanto a ética trata o comportamento humano como objeto de estudo, procurando tomá-lo da forma mais abrangente possível, a moral se ocupa de atribuir um valor à ação. Esse valor tem como referências o bem e o mal, a justiça e a injustiça, o certo e o errado, baseados no bem comum.

A seguir está um pequeno resumo das diferentes visões acerca da **moral**, por alguns pensadores importantes. Por favor não tente memorizar essas informações, até porque isso não vai ajudar muito na sua prova. Apenas busque compreender as diferentes visões para ter uma visão mais ampla acerca de como a moral é encarada por diferentes filósofos em diferentes momentos da História.

ADAM SMITH

- Os princípios morais resultam das experiências históricas. A Revolução Industrial, por exemplo, foi determinada por paixões sensíveis particulares (apetite sexual, raiva, inveja, simpatia), amor próprio, egoísmo, benevolência, que se relaciona à inclinação direcionada para o social e a consciência, ou razão, que orienta as considerações racionais. As regras estabelecidas pela sociedade passaram a ser aplicadas na medida em que se tornaram eficientes e úteis.

DAVID HUME

- A moral passou a ser observada de forma empírica. Ele demonstrou que a moral está intimamente ligada à paixão e não à razão, diferentemente do que diziam os pensadores da época. Não havia um bem superior pelo qual a humanidade se pautasse. Para Hume, o impulso básico para as ações humanas era obter prazer e impedir a dor. No que concerne à moral, o filósofo defende que a experiência empírica promove o entendimento humano. O desejo sugere impressão, ideia e, portanto, é provocada pela necessidade.

IMMANUEL KANT

- A razão deve ser encarada como base da moral. Partindo do princípio de identidade, o comportamento humano está relacionado com a identificação no outro, ou seja, a ação das pessoas influencia o comportamento individual. Ética e moral são os mais importantes valores do homem livre.

Você deve ter percebido que existem diferentes visões acerca do conteúdo da moral, não é mesmo!? Pois bem, isso acontece porque as ideias de certo e errado, de justo e injusto, variam histórica e geograficamente.

Para deixar isso mais claro, deixe-me dar alguns exemplos a você. A moral varia no tempo, a depender da conjuntura social. Até o Século XIX, por exemplo, considerava-se perfeitamente normal que crianças trabalhassem muitas horas por dia em fábricas. Naquela época isso era considerado certo, mas hoje é inadmissível fazer crianças trabalharem.

Por outro lado, a moral também varia no espaço. Em alguns países não se admite, por exemplo, que mulheres andem com a cabeça descoberta, enquanto no Brasil é perfeitamente normal e aceitável que mulheres cubram ou não a cabeça.

Guarde bem essa característica de variação da moral, pois isso já foi cobrado em diversas questões de prova!

A **ética**, por outro lado, tem caráter científico, e por isso em geral podemos dizer que ela não varia. Tome muito cuidado aqui, pois isso não quer dizer que a ética, ou seja, a forma de estudar a moral, não varia de forma alguma. Os próprios critérios científicos variam ao longo do tempo, mas não da mesma forma que a moral.

Para encerrar o nosso estudo da ética e da moral, trago um quadro comparativo, que ajudará você a consolidar melhor o entendimento acerca das principais características desses dois conceitos.



Ética	*ethos* (grego): caráter, modo de ser
	disciplina filosófica (parte da filosofia)
	os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana
	ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade
	teórica, universal (geral), especulativa, investigativa
	fornece os critérios para eleição da melhor conduta
	direitos humanos como critério ético do agir
	dignidade humana como núcleo irradiador dos direitos humanos e, pois, do agir ético9
Moral	*mos* (latim, plural *mores*): costume
	regulação (normatização comportamentos considerados como adequados a determinado grupo social
	prática (pragmática), particular
	dependência espaço-temporal (relativa): caráter histórico e social

1.3. Problemas morais e problemas éticos

Nas noções cotidianas entre os indivíduos, é comum que surjam certos problemas: devo cumprir uma promessa que fiz a um amigo, mesmo que agora veja que isso pode me prejudicar? Se alguém se aproxima de mim de maneira suspeita, devo reagir violentamente para não correr o risco de ser agredido? Devo dizer sempre a verdade, ou há ocasiões em que é lícito mentir?

Em todos esses casos estamos diante de problemas práticos, ou seja, problemas que se apresentam nas relações efetivas entre os indivíduos. A solução desses problemas não concerne apenas à pessoa que os propõem, mas também a outros indivíduos com os quais ele se relaciona e que sofrerão as consequências das suas decisões.

Na prática, tomamos essas decislões com base nas normas que consideramos mais apropriadas a cada situação. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, o indivíduo compreende que têm o dever de agir desta ou daquela maneira[3].

Este fenômeno faz parte de um tipo de comportamento prático, tanto dos indivíduos quando de grupos sociais. Ainda que os parâmetros adotados e, portanto, o próprio comportamento varie no tempo e no espaço, o fenômeno social dos problemas morais remonta ao início da civilização humana.

Num momento posterior ao surgimento desses dilemas (milênios depois, para ser mais exato) surge a reflexão sobre eles. A racionalidade humana leva o homem a não apenas adotar determinados comportamentos, tomando decisões diante desses conflitos, mas também a refletir acerca desse comportamento prático, tomando como objeto da reflexão o seu próprio pensamento.

Neste momento passamos do plano da prática moral para o da teoria moral, ou, em outras palavras, **passamos da moral efetiva para a moral reflexa**. Esta transição coincide com o início do pensamento filosófico, e entramos na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos.

A principal diferença é que, diferentemente dos problemas prático-morais, os éticos são caracterizados pela sua **generalidade**. Na vida real e individual, a pessoa precisa adotar determinados valores e tomar sua decisão, sendo inútil recorrer à ética buscando uma norma geral que seja aplicável àquela situação concreta.

O problema do que fazer diante de uma situação concreta é um problema prático-moral, e não teórico-ético. Por outro lado, definir o que é bom não é um problema moral a ser solucionado pelo indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de competência do estudioso da ética.

Lembre-se de que a teoria pode influenciar no comportamento moral-prático, mas isso apenas pode ocorrer depois da reflexão e da construção de padrões, e, ainda assim, essa orientação é limitada. Muitas teorias éticas se organizam em torno da definição do que é bom, mas mesmo essa orientação varia de um grupo para outro: para uns, o bom é a felicidade ou o prazer; para outros, o útil, o poder, etc.

[3] VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética, 37ª ed., p. 17, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Podemos concluir, portanto, que os problemas teóricos e os problemas práticos, no terreno moral, se diferenciam, mas não estão separados por uma barreira intransponível. A teoria influencia (mas não necessariamente define) a prática, e a prática influencia as reflexões teóricas.



Problemas morais-práticos se apresentam na esfera individual, exigindo a adoção de uma ou outra conduta. **Problemas ético-teóricos**, porém, são marcados pela generalidade, consistindo em definições abstratas acerca das condutas.

1.4. Classificação da ética

Como você já sabe, a ética pode ser compreendida como o conhecimento que dá ao indivíduo critérios para a adoção das melhores escolhas. Esse critério pode ser a felicidade geral (Sócrates), a justiça (Platão), as virtudes cardeais (Aristóteles), o útil (David Hume), o prazer (Epicuro), tudo a depender do valor filosófico em que se baseia.

Ao longo da história, foram diversas teorias adotadas para estabelecer os critérios para a escolha das melhores ações. Nesse sentido foi possível uma classificação da ética, mas como recurso didático para compreensão e análise, e não como uma divisão da ética em si.

Uma possível classificação está relacionada à distribuição das teorias éticas em dois grandes grupos: as que defendiam uma ética do fim, e as que defendias uma ética do móvel.

2.1.4.1. Ética do fim e ética do móvel

Para a **ética do fim** (ou ética finalista) a conduta do ser humano deve ser orientada por um fim, deduzindo-se fim e meios da natureza dos seres humanos. O papel da ética seria, portanto, revelar o fim que deve guiar o comportamento humano. Para cada teórico esse fim poderia ser diferente (justiça, virtude, divindade, etc.).

A **ética do móvel**, por sua vez, considera que o comportamento humano é movido por uma causa, um motivo ou uma força. A ética, nesse sentido, "descobre" o que move a conduta humana. Os principais filósofos adeptos da ética do móvel são Protágoras (para o qual o móvel seria o desejo de sobrevier) e Epicuro (para o qual o prazer e a repulsa à dor movem o ser humano). Devemos ainda mencionar Bentham, Stuart Mill e Beccaria, para os quais o móvel da ação humana é a maior felicidade possível para o maior número de pessoas.

2.1.4.2. Classificação de Eduardo García Máynez

Esta classificação distribuir as teorias utilizando os fundamentos adotados pelos seguintes grupos: ética empírica, ética dos bens, ética formal e ética de valores.

a) Ética empírica

Segundo o empirismo, todo conhecimento provém da experiência. A ética empírica, portanto, se baseia na constatação da vida moral dos seres humanos, não se questionando o que a pessoa deve fazer, mas sim o que ela efetivamente faz. Os princípios e valores éticos são extraídos da observação dos fatos.

Acredito que a vertente empírica mais famosa é a **ética utilitarista**, segundo a qual **o que é bom é útil**, devendo a utilidade ser considerada como a aptidão para produzir algum benefício, prazer, bem ou prevenir danos. Um dos principais utilitaristas é Jeremy Bentham, segundo o qual todo comportamento humano tem origem na produção de prazer, de benefícios.

Outra vertente interessante é a **ética subjetivista**, que coloca o indivíduo como ponto de partida da conduta moral. As ações são valoradas de forma pessoal, de maneira que não é possível chegar a uma verdade objetiva, havendo diferentes verdades para cada ser humano. Segundo Protágoras, o homem é a medida de todas as coisas.

b) Ética dos bens

Para esta corrente, o comportamento humano é orientado pela busca de um bem. Este seria o bem supremo, que é sempre fim, e não meio para qualquer outra finalidade. Sócrates, por exemplo, é costumeiramente identificado com essa corrente, já que elege a felicidade como bem supremo que guia a ação humana.

É interessante também mencionar que o Estado, ao menos no Brasil, elege o "bem comum" como bem supremo a ser perseguido no esforço ético do cidadão e do servidor público.

c) Ética formal

Para a ética formal, o caráter ético da ação humana não está nos seus resultados externos (consequências das ações) e nem na relação estabelecida entre a ação individual e um suposto fim buscado.

A ação ética seria aquela na qual se pode identificar a pureza da vontade, a boa vontade que não busca recompensas ou o medo de uma punição, mas o simples **respeito pelo dever**, com a **conduta autônoma e livre** do agente. O principal expoente dessa corrente é Immanuel Kant.

d) Ética dos valores

A ética dos valores defende a possibilidade de identificação do caráter ético da ação na ideia de que **todo dever encontra fundamento em um valor**, compreendido como a qualidade atribuída a um bem. A consciência moral é capaz de descobrir os valores, e o papel da ética é possibilitar essa descoberta.

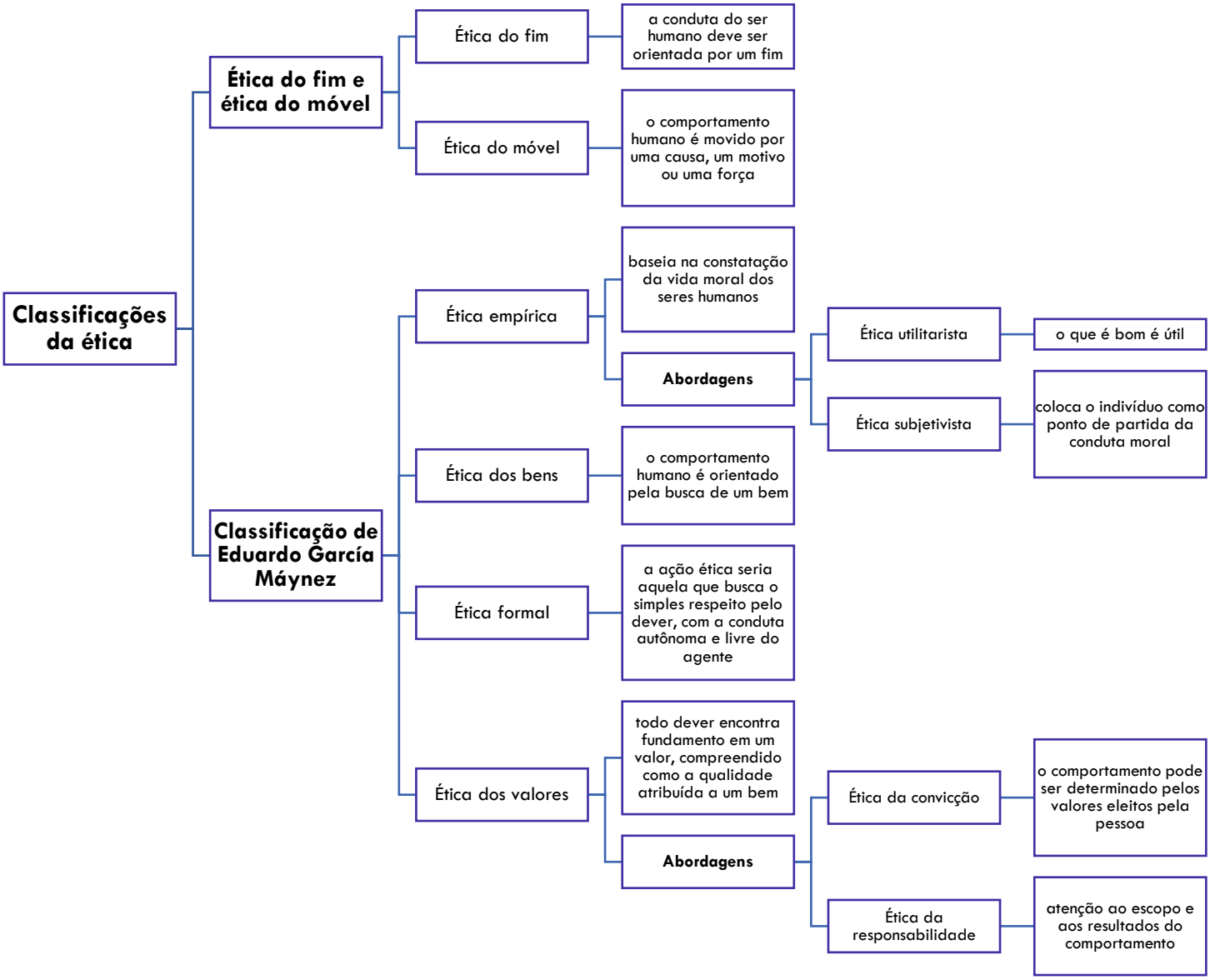
Aqui podemos citar Max Weber, que estabeleceu dois grandes grupos de teorias éticas: a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

De acordo com a **ética da convicção**, o comportamento humano pode ser determinado pelos valores eleitos pela pessoa. Esta é uma acepção mais simples, mediante a qual se crê em valores incondicionados. Se mentir

é errado, por exemplo, não se admite a mentira em nenhuma situação, ainda que haja outros valores envolvidos.

A **ética da responsabilidade**, por outro lado, prega atenção ao escopo e aos resultados do comportamento. O agente deve buscar o melhor e mais justo para o maior número de pessoas, considerando que o resultado do seu comportamento permitirá concluir se ele é ético ou não. O correto e o incorreto, portanto, somente poderiam ser apreciados diante da conduta concreta.

Importante salientar que Max Weber dizia que as duas vertentes podem se misturar, sendo uma e outra levadas em consideração nas decisões tomadas pelos indivíduos.



2 - Valores e Virtudes

2.1. Valores

Todo ato moral pressupõe a necessidade de escolher entre várias possibilidades de comportamento. Essa escolha é feita com base no valor moral que o indivíduo confere a cada ação, de acordo com suas preferências. Antes de examinar o valor moral que atribuímos a determinado ato humano, é preciso determinar qual o significado que damos às palavras “valor” e “valioso”.

Quando falamos em valores, geralmente nos referimos à utilidade, à bondade, à beleza, à justiça, etc. O ser humano dá valor às coisas, distinguindo aspectos que podem chamar sua atenção e despertar necessidades. Ao longo do tempo, nós passamos inclusive a calcular o valor das coisas em termos monetários. Hoje, quando perguntamos quanto vale um objeto, geralmente respondemos utilizando dinheiro como parâmetro. É importante lembrar, porém, que o valor é conferido pelo ser humano, de acordo com critérios próprios, que podem ser mais ou menos pessoais.

Deixe-me dar um exemplo para tentar esclarecer melhor. Quando você quer comprar um carro, já tem uma boa noção do quanto ele vale, não é mesmo? Temos inclusive pesquisas específicas e acessíveis em que você informa o modelo e o ano de fabricação, e a pesquisa dá uma ideia do quanto aquele carro vale.

Pois bem, tenho um primo que gosta muito de carros, e comprou uma BMW muito antiga, ficou com ela por alguns anos e depois vendeu. Quando ele me disse por quanto vendeu aquele carro antigo fiquei assustado com o valor, que foi muito maior do que eu poderia imaginar. Sabe por que isso aconteceu? Porque ele vendeu o carro para um outro entusiasta, que dá muito valor a carros de luxo antigos.

Percebeu aí como a atribuição de valor é subjetiva!?

Adólfo Sánchez Vázquez resume o processo de atribuição de valor nos seguintes termos[4]:

1) Não existem valores em si, como entidades ideais ou irreais, mas objetos reais (ou bens) que possuem valor.
2) Dado que os valores não constituem um mundo de objetos que exista independentemente do mundo dos objetos reais, somente existem na realidade natural e humana como propriedades valiosas dos objetos da mesma realidade.
3) Por conseguinte, os valores exigem – como condição necessária – a existência de certas propriedades reais – naturais ou físicas – que constituem o suporte necessário das propriedades que consideramos valiosas.
4) As propriedades reais que sustentam o valor, e sem as quais este não existiria, são valiosas somente em potência. Para passar a ato e transformar-se em propriedades valiosas efetivas, é indispensável que o objeto esteja em relação com o homem social, com seus interesses e com suas necessidades. Desta maneira, o que vale somente em potência adquire um valor efetivo.

[4] VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética, 37ª ed., p. 141, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

No campo ético, **valores** são objetos da escolha moral, surgindo como parte da noção humana de **perfeição**. A solidariedade, a honestidade, a verdade, a lealdade, entre outros, são noções de comportamento ideal, e são adotados pelo homem como parte de um sistema de orientação de conduta. Isso não significa que as pessoas se considerem perfeitas, mas sim que elas sejam orientadas em certo grau por um ideal de perfeição que será por perseguido ao longo da vida.

Apesar de os seres humanos serem incapazes de seguir perfeitamente seu próprio sistema de valores, estes são fundamentais para determinar quais são as pessoas que agem com a finalidade da realização do bem e quais agem de forma duvidosa do ponto de vista moral. Em geral, a sociedade determina o caráter de uma pessoa pelas ações adotadas por ela.

Immanuel Kant afirmava que as ações consideradas moralmente boas deveriam ser universais, ou seja, deveriam ser boas independentemente do local ou do momento histórico em que fossem praticadas. Obviamente essa ideia já foi há muito refutada pelos filósofos, pois os aspectos culturais e sociológicos conferem valores diferentes às ações, de acordo com a época e local. Em outras palavras, a moral varia no tempo e no espaço, e por isso a valoração conferida às ações também.

Perceba, por exemplo, que as perseguições promovidas pela Santa Inquisição já foram consideradas como manifestação da justiça divina, enquanto hoje a própria Igreja Católica já se pronunciou oficialmente pedindo desculpas pelas atrocidades cometidas naquela época.



O **valor** não é propriedade dos objetos em si, mas propriedade adquirida graças à sua relação com o homem como ser social. Mas, por sua vez, os objetos podem ter valor somente quando realmente dotados de certas propriedades objetivas. No campo ético, valores são objetos da escolha moral, surgindo como parte da noção humana de **perfeição**.

2.2. Virtudes

A **virtude** é uma ideia que foi muito discutida pelos filósofos gregos da Antiguidade. Ela representa o conjunto ideal de todas as **qualidades essenciais** que constituem o **homem de bem**. Esse homem de bem, portanto, seria o homem virtuoso.

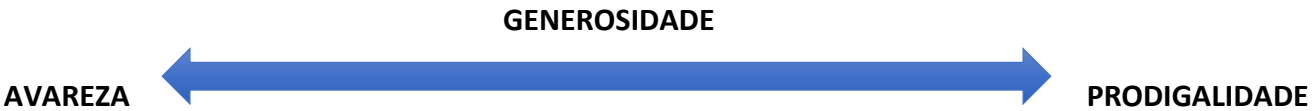
Aristóteles valorizava bastante a vontade humana. Ele dizia que a virtude era uma “disposição adquirida de fazer o bem”, e que ela se aperfeiçoa com o hábito, pois mesmo o homem virtuoso poderia buscar a entronização de outros valores.

Uma noção que merece ser destacada em relação a Aristóteles é a chamada **mediania aristotélica**. Basicamente Aristóteles considera que os impulsos humanos podem levar o indivíduo a extremos em termos de comportamento, e esses extremos representam o vício (o contrário da virtude). Por outro lado, a virtude estaria no equilíbrio, no controle sobre esses impulsos na busca pelo ideal de equilíbrio.

“Ah professor, isso é muito complicado!”

Nem tanto! Veja um exemplo bem simples que nos ajuda a compreender a virtude do equilíbrio em Aristóteles: imagine que um dos grandes desafios do ser humano é saber lidar com seus bens, não é? Você deve conhecer pessoas que são muito avarentas, ou seja, que não conseguem dispor dos seus bens para ajudar outras pessoas, e também outros que são pródigos, que gastam tudo que têm com outras pessoas, não conseguindo ter a atenção necessárias às suas próprias necessidades.

A avareza e a prodigalidade, portanto, estão nos extremos, e por isso representam o vício. O equilíbrio, neste caso, seria representado pela generosidade, que está entre uma coisa e outra.





A mediania aristotélica consiste na noção de que a virtude deve ser encontrada no comportamento equilibrado, enquanto o vício estaria nos extremos.

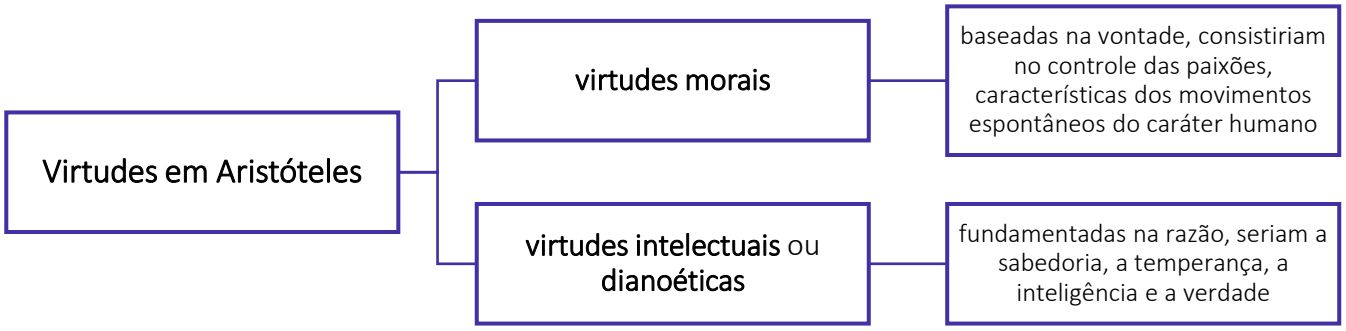
Aristóteles também fez distinção entre dois tipos de virtude: as intelectuais e as morais. As **virtudes morais**, baseadas na vontade, consistiriam no controle das paixões, características dos movimentos espontâneos do caráter humano. Ao contrário do que muitos imaginam, a virtude não seria uma atividade, mas sim uma maneira habitual de ser. Como exemplos das virtudes morais temos a coragem, a honra e a justiça.

A virtude não pode ser adquirida da noite para o dia, porque depende de ser praticada. Com atos repetitivos, o homem acaba por transformá-los numa segunda natureza, numa disposição para agir sempre da mesma forma.

O processo é sempre o mesmo, sejam os atos bons ou maus. Quando bons, temos a virtude. Quando maus, o vício. Como exemplos das virtudes morais temos a coragem, a generosidade, a magnificência, a doçura, a amizade e a justiça.

As **virtudes intelectuais**, ou **dianoéticas**, fundamentadas na razão, seriam a sabedoria, a temperança, a inteligência e a verdade. Aristóteles também acreditava que as virtudes intelectuais seriam superiores às morais, pois mesmo alguém virtuoso por natureza teria que saber como controlar essas virtudes por meio da razão.

Esse tema não é muito cobrado em concursos, como você verá pelas questões que resolveremos daqui a pouco.



ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES. ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA. ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA. ÉTICA NO SETOR PÚBLICO.

Já estudei esses temas diversas vezes, e vou ser bem honesto com você. Os conceitos não são complicados, mas às vezes as questões formuladas pelas bancas confundem o candidato. Nesse sentido, você deve ficar atento, certificar-se de que entendeu tudo (não tem nada difícil) e prestar MUITA atenção na hora de resolver as questões.

Minha proposta para vencer esse desafio é a seguinte: vou dar a explicação teórica de forma completa, porém o mais simples possível, e então passaremos às questões comentadas. Se você ler a teoria, resolver as questões e ler os comentários com bastante atenção, garanto que será muito difícil se surpreender na prova.

1. Ética, Princípios e Valores

A **Ética** é um ramo da Filosofia, uma ciência, que tem por objeto o estudo da **Moral**. Esta, por sua vez, está relacionada às ideias de certo e errado, ou à forma como as pessoas adotam determinadas condutas. Lembre-se de que a moral prescreve conduta, enquanto a ética estuda esse fenômeno.

Isso significa, basicamente, que, ao fazer escolhas cotidianas, você leva em consideração aspectos relacionados à moral vigente, que varia um pouco a depender do lugar e da época.

Hoje, por exemplo, fumar cigarros em ambientes fechados é uma conduta reprovável, mas se você assiste a obras audiovisuais que retratam os anos 1970 verá que fumar em ambientes fechados era perfeitamente comum na época. Esse exemplo simples ilustra a evolução da moral de uma determinada sociedade, e como determinada conduta que era considerada correta passa a ser vista com rejeição.



> A **Ética** é um ramo da Filosofia, uma ciência, que tem por objeto o estudo da **Moral**. Esta, por sua vez, está relacionada às ideias de certo e errado, ou à forma como as pessoas adotam determinadas condutas.

As noções de certo ou errado relacionam-se diretamente aos **valores** e **princípios** adotados e aceitos em determinado momento e sob um determinado sistema cultural.

É mais fácil exemplificar **valores** do que defini-los. Eu diria que eles são manifestações de um ideal voltado para a perfeição, a exemplo dos valores da honestidade, da virtude, da solidariedade e do altruísmo. Podemos dizer que as pessoas agem de acordo com seu sistema de valores, que lhes permite "classificar" os atos e condutas em desejáveis ou não desejáveis, aceitáveis e não aceitáveis.

Os antigos filósofos buscavam o bem comum por meio da definição de valores. Na Grécia antiga eram comuns os debates filosóficos a respeito da realidade da virtude humana, e como busca-la.



> Os **valores** são manifestações de um ideal voltado para a perfeição, a exemplo dos valores da honestidade, da virtude, da solidariedade e do altruísmo.

A valoração nada mais é do que o ato de conferir um valor a uma determinada conduta ou ato. Dessa forma, valoramos tudo como positivo ou negativo, com diversas possibilidades intermediárias. Quando dizemos que algo é bom ou ruim, melhor ou pior, estamos fazendo o chamado **juízo de valor**, comparando o que está diante dos nossos olhos com o sistema de valores que temos incorporado em razão da moral.

Esse sistema de valores, por sua vez, nos instrui acerca do que é melhor e do que é pior, já que os valores são sempre relativos, representando um ideal de perfeição.

Na realidade, essas operações mentais feitas pelas pessoas vão muito além de simplesmente adotar ou deixar de adotar certos valores em determinados momentos. Diante da complexidade das relações sociais, o mais comum é que os valores sejam adotados ou não em termos comparativos, a depender da situação.

Deixe-me explicar melhor. O **respeito à vida**, por exemplo, é um dos grandes valores que norteia a nossa sociedade, certo? A vida é inclusive protegida pela ordem jurídica como um direito fundamental.

Entretanto, há certos momentos em que o direito à vida pode ser desrespeitado sem que isso seja considerado indesejável ou condenável. É o caso do agente policial que, numa situação extrema, precisa tirar a vida de alguém para impedir que um mal maior aconteça, ou quando, diante de situação de guerra, alguém é condenado é morte por fuzilamento (sim, isso é permitido no Brasil!).

A força com que certos valores são defendidos também varia de acordo com o contexto sociocultural em que as pessoas estão envolvidas. No Brasil atual, por exemplo, o respeito à vida é considerado um valor tão importante que a lei pune severamente quem mata alguém, com privação de liberdade de seis a vinte anos. Por outro lado, antigamente havia lugares considerados “terra sem lei”

A evolução dos valores de uma sociedade está muito relacionada ao estudo da norma, que, por usa vez, é uma espécie de prescrição de conduta, ou um juízo de “dever ser”. Deixe-me explicar isso um pouco melhor, ok?

Para isso é interessante explicar um pouco qual o objeto de estudo da ciência jurídica. O Direito, enquanto ciência, estuda a chamada **norma jurídica**. Esta, por sua vez, pode ser definida como uma prescrição de conduta. O Direito, portanto, não estuda algo que existe (como faz, por exemplo, a Física ou a Biologia), mas estuda um mundo ideal: o mundo do “dever ser”.

Quando você compra uma máquina de lavar, por exemplo, ela vem com um manual, certo? E como você definiria esse manual? Ele basicamente é um documento que explica a você o que fazer para que o equipamento funcione adequadamente. Percebeu aí? O manual dita a sua conduta, estabelece um juízo de “dever ser”.

Podemos dizer, portanto, que o manual da máquina de lavar é uma espécie de norma, certo? Exatamente! As normas podem ser divididas em diversas categorias, de acordo, por exemplo, com as consequências de seu descumprimento.

A norma do manual da máquina de lavar é chamada de **norma técnica**, pois a consequência pelo seu descumprimento é de caráter eminentemente técnico (no nosso caso, o mal funcionamento da máquina). Por outro lado, temos as chamadas **normas éticas**, que estão relacionadas diretamente ao sistema de valores adotado por uma sociedade.

As normas éticas, por sua vez, podem ser divididas em diversas categorias: normas jurídicas, normas religiosas, normas de trato social ou etiqueta, etc.

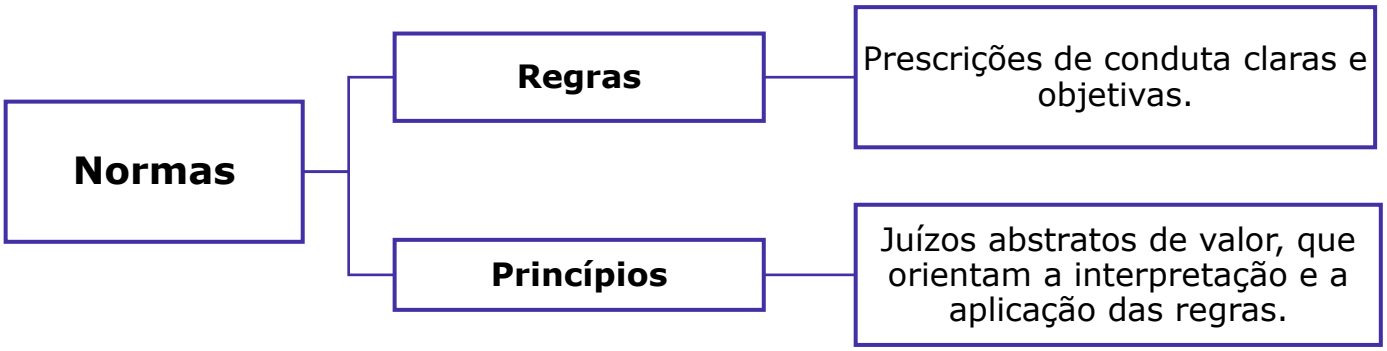
Para fins de concurso, entretanto, é comum o uso da expressão “normas éticas” para diferenciá-las das normas jurídicas. Podemos dizer que as normas jurídicas (Constituição, leis, decretos, portarias, etc.) incorporam a moral em voga naquele momento ao ordenamento jurídico. É o exemplo que dei do homicídio, que no Brasil é considerado um crime grave.

Quando isso acontece, a conduta passa a ser aplicável a todos, de maneira obrigatória, e a desobediência pode ensejar a aplicação de uma multa, a perda de um direito ou até sanções mais graves, como a privação de liberdade.

Por outro lado, outros valores advindos da moral em voga em determinado momento social não são incorporados pelo ordenamento jurídico. Aí então temos o que as bancas de concursos costumam chamar de **normas éticas**, certo?

As normas éticas (que geralmente compõem os códigos de ética) surgem por meio de um exercício de valoração de condutas não jurídicas. Considera-se, dentro dos padrões morais estabelecidos, que há condutas certas ou erradas, apesar de não serem proibidas por normas jurídicas.

Mas e os **princípios**, onde entram nessa história toda? Basicamente princípios são tipos de normas, ao lado das regras. A diferença é bem simples: enquanto as regras são prescrições de conduta claras e objetivas (é proibido matar alguém, é obrigatório pagar impostos), os princípios são juízos abstratos de valor, que orientam a interpretação e a aplicação das regras.



Para ficar mais claro, posso dar a você um exemplo. Você já estudou os princípios da Administração Pública? Eles estão no art. 37 da Constituição de 1988:

> ***Art. 37****. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte*

Perceba que, quando a Constituição fala no princípio da eficiência, por exemplo, ela não impõe uma conduta determinada a ninguém. Ela apenas nos informa uma ideia geral que deve orientar a Administração Pública, em especial na aplicação das regras e demais normas.

Podemos dizer que regras são comandos definitivos, de aplicação ou não aplicação clara, enquanto princípios são requisitos de otimização. Se a regra é válida e aplicável, deve ser feito o que ela determina. Já os princípios são normas que exigem que algo seja realizado em seu maior nível possível, contendo assim uma ideia de gradação.

2. Ética e Democracia: Exercício da Cidadania

Nos últimos anos, a questão da moralidade tem sido bastante discutida no Brasil. Na realidade, essa discussão é fruto da conclusão de que as normas jurídicas não são capazes de prever e regular todas as situações em que as condutas podem ofender o sistema de valores, ou a moral adotada em nossa sociedade.

Isso significa, basicamente, que a conduta das pessoas deve ser pautada por valores que vão além do que é permitido ou proibido pela Constituição, leis e decretos. Você deve pensar no que é certo e no que é errado, ainda que o errado não seja proibido por força das normas jurídicas.

Mais uma vez deixe-me dar um exemplo: imagine que um servidor público, empenhado em seu dever de atender ao público, recebe um presente de um cidadão. Esse presente poderia ser encarado como um oferecimento de propina, a depender do seu valor, não é mesmo? Só que não temos nenhuma norma jurídica que proíba o servidor de receber presentes. Seria certo então que esse servidor recebesse um presente de alto valor de alguém que muito provavelmente vai "cobrar o favor" depois?

Você percebe que a norma jurídica nesse caso não resolve todos os problemas? É preciso uma dose de bom senso na discussão do sentido moral de receber um presente num caso como esses. Para resolver situações como essas hoje há diversos Códigos de Ética, dos quais falaremos mais adiante.

Mas qual o motivo dessa mudança de comportamento em nosso país? Deve-se principalmente à reintrodução do regime democrático a partir da Constituição de 1988.

A partir da chamada "Constituição cidadã", foram conferidas ao cidadão diversas ferramentas para influenciar as decisões tomadas pela Administração Pública. Por meio do voto, o povo determina as pessoas que vão ocupar os cargos de direção do Estado.

Além disso, há as ferramentas de participação direta do cidadão, como o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas, as ouvidorias públicas, as conferências, as audiências e consultas públicas, etc.

Essa ampliação da participação social traz uma consequência clara: o empoderamento da população e o controle social das políticas públicas. O cidadão pode, de forma direta, acompanhar as ações dos gestores públicos e exigir dos governantes e agentes públicos que se comportem de forma adequada às funções que lhes foram confiadas quando assumiram seus cargos públicos.

Neste contexto podemos verificar a evolução da noção de cidadania. Essa palavra em geral é usada para referir-se às relações de direitos e deveres que envolvem o cidadão e o Estado, mas podemos dizer que hoje a cidadania está relacionada também à capacidade de o cidadão interferir nas políticas públicas.

3. Ética e Função Pública. Ética no Setor Público

A noção de ética no setor público é caracterizada por alguns elementos bastante específicos, relacionadas principalmente aos princípios da Administração Pública trazidos pela Constituição de 1988, entre eles o princípio da moralidade.

O servidor público é remunerado com recursos advindos de toda a população, e, além disso, é responsável pela prestação de serviços de interesse coletivo, e por isso podemos dizer que ele tem um dever ético com a sociedade mais forte e sério do que outros profissionais.

Podemos dizer que há alguns princípios e valores que são próprios do serviço público, e as bancas organizadoras gostam muito de citá-los. Estou falando da probidade, lealdade, retidão, justiça, impessoalidade, equidade, entre outros.

Os limites éticos do serviço público vêm sendo há muito tempo estudados com bastante profundidade. Em maio de 1994, o professor Romildo Canhim, que à época era Ministro Chefe da Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, encaminhou ao Presidente a exposição dos motivos que deram origem ao Código de Ética profissional no âmbito da Administração Federal, que sem dúvida é o mais importante Código de Ética do serviço público.

A exposição de motivos não faz parte formalmente do Código de Ética, mas sugiro fortemente que você leia todo o texto, pois ele traz uma explanação teórica bastante interessante sobre o tema, que é muito utilizada pelos examinadores na hora de elaborar questões sobre o assunto.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de março de 1994, decidiu a Comissão Especial criada pelo Decreto n° 1.001, de 6 de dezembro de 1993, constituir um grupo de trabalho com o fim específico de elaborar proposta de um Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, tendo sido designado para sua coordenação o Professor Modesto Carvalhosa, Membro da Comissão Especial e Presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo.

Ato contínuo, contando com a inestimável colaboração do Jurista Robison Baroni, também Membro do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, e do Doutor Brasilino Pereira dos Santos, Assessor da Comissão Especial, seguiu-se a elaboração do anexo Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, aprovado, por unanimidade, em Sessão Plenária de 6 de abril de 1994.

Na mesma Sessão, a Comissão Especial deliberou submeter à superior consideração de Vossa Excelência a anexa minuta de Decreto que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal. O referido Código de Ética Profissional contempla

essencialmente duas partes, sendo a primeira de ordem substancial, sobre os princípios morais e éticos a serem observados pelo servidor e a segunda de ordem formal, dispondo sobre a criação e funcionamento de Comissões de Ética.

A primeira parte, que constitui o Capítulo I, abrange as regras deontológicas (Seção I), os principais deveres do servidor público (Seção II), bem como as vedações (Seção III), e a segunda, que constitui o Capítulo II, trata da criação e do funcionamento das Comissões de Ética em todos os órgãos do Poder Executivo Federal.

Entende a Comissão Especial que um Código de Ética Profissional desse jaez se faz imprescindível, máxime num momento em que os atos de corrupção generalizada são estimulados sobretudo pelo mau exemplo decorrente da impunidade, também resultante, quase sempre, da ausência de valores éticos e morais.

Por isso, o referido Código de Ética, ainda no entendimento da Comissão Especial, deverá integrar o compromisso de posse de todo e qualquer candidato a servidor público, sendo-lhe entregue, no momento de sua posse, vinculando-se à sua observância durante todo o tempo do exercício funcional.

A Escola Nacional de Administração Pública e a imprensa terão papel de especial relevância na divulgação do assunto e na colheita de sugestões, junto à cidadania, no sentido de adaptar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil a todos os setores do Poder Executivo Federal.

Enfim, o objetivo mais nobre da elaboração do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi proporcionar uma ampla discussão sobre este assunto, fazendo com que o maior número possível de pessoas adote-o para reflexão e, posteriormente, tome-o como guia de conduta profissional e pessoal.

Para se aferir a conveniência e a oportunidade de um Código de Ética, bastaria lembrar a recomendação, inscrita no Preâmbulo da Constituição, no sentido de que incumbe ao Estado assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem internacional, com a solução pacífica das controvérsias", bem assim em seu artigo 1o, assegurando que a República Federativa do Brasil "constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana".

E ainda como corolário dessa posição assumida pelo Poder Constituinte, mais adiante, ao lado dos princípios doutrinários da legalidade, da impessoalidade e da publicidade, a Constituição, no artigo 37, prestigia o princípio da moralidade administrativa atribuindo-lhe foros jurídicos e, por via de consequência, determinando sua imprescindível observância na prática de qualquer ato pela Administração Pública.

Logo, por força da própria Constituição, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Isto implica dizer que, sobretudo em respeito à Constituição de 1988, que expressamente recomenda a obediência aos cânones da lealdade e da boa fé, a Administração Pública, através de seus servidores, deverá proceder, em relação aos administrados, sempre com sinceridade e lhaneza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia ou produzido de maneira a confundir dificultar ou minimizar o exercício de direitos (MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de Direito Administrativo, 2a edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 71).

Como reforço desse entendimento, a Constituição de 1988 também inovou no artigo 5a, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo esta norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular ou mesmo, antes, revisto administrativamente, conforme o artigo 115 da Lei no 8. 112, de 11 de dezembro de 1990, que consagra posicionamento tradicional da jurisprudência (Súmula no 473 do Supremo Tribunal Federal).

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa, ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Por fim, é ainda a própria Lei Maior que dispõe, conforme o parágrafo 4o de seu artigo 37, que os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, que abrange todos os atos imorais, improbos ou aéticos.

Isso implica, no entendimento da Comissão Especial, a adoção da tradicional doutrina segundo a qual "o agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto, não podendo desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto". (MAURICE HAURIOU, "Précis Élémentares de Droit Administratif", Paris, 1926, pp. 197 e ss., "apud" MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 18a edição, atualizada por Eurico de Andrade

Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, São Paulo, Malheiros Editores, 1993, p. 84).

Toda a sociedade, conforme o evidenciam a Constituição, as leis emergentes e a tradicional doutrina do Direito Administrativo, vem se convencendo de que somente se a conduta de seus agentes for pautada por princípios rigorosamente conformes à moralidade administrativa e ética, a Administração poderá estabelecer a solidariedade social, como forma de fortalecimento do Estado de Direito.

Daí a necessidade de se proporcionar os meios necessários para que qualquer setor do poder, em vez do exemplo da falta de solidariedade social e do descaso pelo ser humano, inspire confiança e respeito.

Esta necessidade se torna ainda mais premente devido á constatação, a cada momento, da forma humilhante com que, em geral, é tratado o ser humano, sobretudo aqueles mais necessitados de assistência por parte do Estado, como é o caso dos injustiçados em geral, dos menores de idade, dos idosos e, sobretudo, dos enfermos, estes nas longas filas dos hospitais públicos, sem as mínimas condições materiais e humanas para a prestação de um serviço, se não adequado, ao menos razoável.

Com efeito, os atos de desrespeito ao ser humano às vezes chegam a requintes de perversidade, havendo casos em que o próprio servidor público assume a postura de inimigo ou de adversário frente ao usuário, não lhe prestando sequer uma informação de que necessita, dando-lhe as costas como resposta.

Isto, infelizmente, é verdade. Esta é a maneira como são, de regra, operados muitos dos serviços públicos no Brasil, num retrato, sem paralelo nos Países industrializados, da opressão social, da humilhação, da disfunção social, do dano moral.

E as pessoas - de tanto sofrerem danos morais, de tanto contemplarem a esperteza alheia, de tanto serem maltratadas no aguardo da solução de seus problemas, uma doença, um processo à espera do atendimento de um direito seu pela Administração Pública, às vezes aguardando apenas um carimbo ou uma rubrica de um servidor público, o que, muitas vezes, somente acontece depois da morte - por tudo isso, vão perdendo sua fé nas instituições; as pessoas, mesmo aquelas mais cultas, quase sempre não têm consciência de seus direitos e até supõem serem normais os maus tratos recebidos da parte de certos setores do serviço, pensando que os servidores lotados ali estejam no exercício regular de um direito de não serem incomodados pelos problemas que supõem alheios, o que, de resto, conduz a um verdadeiro estado que poderíamos denominar de alienação social ou de inconsciência coletiva.

Por isso, a Comissão Especial, constatada a triste realidade indicativa de que o arcabouço jurídico vem se mostrando cada vez mais ineficiente para corrigir certas anomalias de condutas de que padecem diversos setores do serviço público, decidiu elaborar um Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, tendo por fundamentos básicos a probidade, decoro no exercício da função pública e os direitos da cidadania de

não sofrer dano moral enquanto usuária desses mesmos serviços. Com este Código pretende-se, numa primeira fase de sua implementação, instalar, na Administração Pública, a consciência ética na conduta do servidor público, com o restaurar da sua dignidade e da sua honorabilidade, criando assim incentivos à prática da solidariedade social.

Isso significa, igualmente, a adesão do Estado ao entendimento doutrinário de que sua conduta conforme à Ética consolida efetivamente o Poder, criando em torno da autoridade a colaboração espontânea da cidadania, em decorrência da consequente obtenção de serviços públicos mais satisfatórios.

A consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a cidadania corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Um Código de Ética como o ora submetido a Vossa Excelência, Senhor Presidente, reflete a constatação de que há muito, na sociedade brasileira, existe uma demanda difusa não atendida, pelo resgate da ética no serviço público.

Infelizmente, os serviços públicos continuam cada vez mais tão distantes, tão indiferentes, tão isolados em relação à população, como se o Estado não tivesse nada a ver com os problemas das pessoas, apenando-as com a cruel prática que já se tornou costume, da protelação e do maltrato nas relações entre os servidores e os destinatários dos serviços.

Enfim, Senhor Presidente, a Comissão Especial, no cumprimento de uma das missões com as quais entende haver sido criada, busca com o Código de Ética ora submetido à superior apreciação de Vossa Excelência, a criação de meios que estimulem em cada servidor público o sentimento ético no exercício da vida pública.

O que pretende, enfim, a Comissão Especial é, de qualquer forma contribuir para impedir a continuidade da repetida prática do desprezo e da humilhação com que são, em muitos setores da Administração, tratados os usuários dos serviços públicos, principalmente aqueles mais desprotegidos e que por isso mesmo deles mais necessitam.

Se este Código de Ética tiver o condão de contribuir para o esclarecimento às pessoas sobre seus direitos de serem tratadas com dignidade e respeito por todos os agentes do serviço público já terá alcançado em grande parte seu objetivo.

Por outro lado, deve ser esclarecido que a efetividade do cumprimento do Código de Ética ora apresentado a Vossa Excelência não se baseia no arcabouço das leis administrativas e nem com estas se confunde, mas se apoia no sentimento de adesão moral e de convicção íntima de cada servidor público.

Reprisa-se que, absolutamente, não se trata de mais uma lei, como se poderia pensar à primeira vista, mas de um Código de Ética, que deverá ser cumprido não tanto por sua

condição de ato estatal, aprovado por um Decreto do Senhor Presidente da República, na qualidade de titular da "direção superior da administração federal" (Constituição, artigo 84, inciso II), mas principalmente em virtude da adesão de cada servidor, em seu foro íntimo, levando, com isso, o Estado a assumir o papel que sempre lhe foi incumbido pela Sociedade, notadamente nas áreas mais carentes, como é o caso da prestação dos serviços de saúde, segurança, transporte e educação.

Portanto, conforme o entendimento da Comissão Especial, expresso neste Código de Ética, o princípio da obrigatoriedade do procedimento ético e moral no exercício da função pública não tem por fundamento a coercibilidade jurídica. Aliás, até mesmo a coercibilidade jurídica deve buscar seu fundamento na Ética, pois esta, a rigor, não se impõe por lei. Ao contrário, está acima da lei, a ditar as diretrizes desta, fazendo-se aceitar mais pelo senso social, pela educação, pela vontade íntima do próprio agente moral, acolhida com liberdade, em decorrência de sua conscientização e de sua convicção interior.

Enfim, o Código de Ética ora apresentado a Vossa Excelência não se confunde com o regime disciplinar do servidor público previsto nas leis administrativas. Antes de tudo, fornece o suporte moral para a sua correta aplicação e cumprimento por todos os servidores.

Para melhor se compreender a total separação entre o Código de Ética e a lei que institui o regime disciplinar dos servidores públicos, basta a evidência de que o servidor adere à lei por uma simples conformidade exterior, impessoal, coercitiva, imposta pelo Estado, pois a lei se impõe por si só, sem qualquer consulta prévia a cada destinatário, enquanto que, no atinente ao Código de Ética, a obrigatoriedade moral inclui a liberdade de escolha e de ação do próprio sujeito, até para discordar das normas que porventura entenda injustas e lutar por sua adequação aos princípios da Justiça. Sua finalidade maior é produzir na pessoa do servidor público a consciência de sua adesão às normas preexistentes através de um espírito crítico, o que certamente facilitará a prática do cumprimento dos deveres legais por parte de cada um e, em conseqüência, o resgate do respeito aos serviços públicos e à dignidade social de cada servidor.

Por último, o Código de Ética prevê que o julgamento do servidor em falta será feito por uma Comissão de Ética, formada por três servidores indicados conforme seus antecedentes funcionais, passado sem máculas, integral dedicação ao serviço público, boa formação ética e moral.

As Comissões de Ética pretendem ser um elo de ligação entre o usuário e o serviço público, encarregadas de orientar e aconselhar sobre a ética na Administração Pública, sobretudo no tratamento das pessoas e na proteção do patrimônio moral e material do serviço público.

Caberá às Comissões de Ética instaurar processo sobre ato, fato ou conduta passível de infringência a princípio ou norma ética, de ofício ou mediante consulta, denúncia ou representação, formulada por qualquer pessoa que se identifique ou entidade associativa de classe regularmente constituída, contra servidor público ou contra o setor ou a

repartição pública em que haja ocorrido a falta. A pena será a censura, devendo a decisão ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

Com base no exposto, Senhor Presidente, valho-me da presente para submeter, em nome da Comissão Especial, à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Decreto que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Respeitosamente,

ROMILDO CANHIM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final da aula! Vimos uma pequena parte da matéria, entretanto, um assunto muito relevante para a compreensão da disciplina como um todo.

Quaisquer dúvidas, sugestões ou críticas entrem em contato conosco. Estou disponível no fórum no Curso, por e-mail e nas minhas redes sociais.

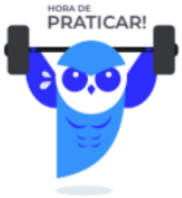
Aguardo vocês na próxima aula. Até lá!

Paulo Guimarães

E-mail: professorpauloguimaraes@gmail.com

Instagram: @profpauloguimaraes

QUESTÕES COMENTADAS



1. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. A ética é um ramo da filosofia que estuda a moral, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.**

Certo

Errado

Comentários

Esta é uma precisa definição do que é a Ética, seu ramo de estudo e sua relação com a moral.

GABARITO: CERTO

2. **Depen – Agente – 2015 – Cespe. Ética e moral são termos que têm raízes históricas semelhantes e são considerados sinônimos, uma vez que ambos se referem a aspectos legais da conduta do cidadão.**

Certo

Errado

Comentários

Depois do que você leu hoje, já deve ter a certeza de que Ética e Moral não são a mesma coisa, não é mesmo!? ☺

GABARITO: ERRADO

3. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. Moral pode ser definida como todo o sistema público de regras próprio de diferentes grupos sociais, que abrange normas e valores que são aceitos e praticados, como certos e errados.**

Certo

Errado

Comentários

Esta é uma perfeita definição de moral, que trata das regras observadas por um determinado grupo social, num dado momento histórico.

GABARITO: CERTO

4. **Antaq – Analista Administrativo – 2014 – Cespe. A ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.**

Certo

Errado

Comentários

Perfeito! Ética é ciência, e seu objeto de estudo é a moral.

GABARITO: CERTO

5. **Suframa – Analista – 2014 – Cespe. Entre outros aspectos, a moral pessoal é formada pela cultura e tradição do grupo ao qual o indivíduo está inserido.**

Certo

Errado

Comentários

Mais uma definição correta. A moral está diretamente relacionada com a cultura e a tradição, num determinado grupo, num dado momento histórico.

GABARITO: CERTO

6. **INPI – Analista – 2013 – Cespe. Ética é a parte da filosofia que estuda os fundamentos da moral e os princípios ideais da conduta humana.**

Certo

Errado

Comentários

Esta é uma definição perfeita de Ética. Trata-se de uma parte da filosofia que se ocupa de estudar a moral.

GABARITO: CERTO

7. **ANEEL – Técnico – Área 2 – 2010 – Cespe. Importante característica da moral, o que a torna similar à lei, é o fato de ser absoluta e constituir um padrão para julgamento dos atos**

Certo

Errado

Comentários

Observe que temos mais uma questão, agora de outra banca, dizendo que a moral é absoluta. Isso não é verdade! A moral não é universal, e não tem os mesmos valores em todos os lugares e épocas.

GABARITO: ERRADO

8. **ANEEL – Técnico – Área 1 – 2010 – Cespe. A ética tem como objetivo fundamental levar a modificações na moral, com aplicação universal, guiando e orientando racionalmente e do melhor modo a vida humana.**

Certo

Errado

Comentários

Vimos que a ética pretende ter um caráter científico, e seu objeto de estudo são as ideias e atitudes humanas relacionadas à moral e, de uma forma mais ampla, à busca da felicidade.

GABARITO: CERTO

9. **TRE-BA – Técnico Judiciário – 2010 – Cespe. Apesar de estritamente relacionadas, ética e moral não se confundem. No entanto, os princípios éticos pressupõem determinadas regras morais de comportamento.**

Certo

Errado

Comentários

O objetivo principal da moral é a prescrição de conduta, enquanto a ética busca compreender o comportamento humano relacionado à moral e à busca pela felicidade. Os princípios morais são regras, enquanto os princípios éticos são apenas orientadores para essas regras.

GABARITO: ERRADO

10. **AGU – Contador – 2010 – Cespe. Os conceitos e valores tradicionais da moral não são universais nem estabelecidos objetivamente, mas têm suas origens em um momento histórico e em uma cultura específicos, servindo a certos interesses que vão sendo esquecidos com o tempo.**

Certo

Errado

Comentários

Vimos e revimos que os conceitos relativos à moral não são universais e nem objetivos, mas mudam de acordo com a época e local em que são aplicados. Acho que a questão ficou mal formulada na parte que diz que os interesses que pautam o estabelecimento dos valores da moral "vão sendo esquecidos com o tempo". Acredito que podemos pensar em alguns que sejam universais ou que estejam muito ligados ao senso comum. De qualquer forma, pelo gabarito oficial a questão está correta.

GABARITO: CERTO

11. **Caixa Econômica Federal – Técnico Bancário – 2010 – Cespe (adaptada). Pessoas são caracterizadas, entre outras coisas, por suas virtudes e pelos seus vícios, sendo que ambos pressupõem valores que, se não forem traduzidos em ações, perdem seu sentido.**

Certo

Errado

Comentários

O vício é o contrário da virtude, segundo Aristóteles. Por outro lado, a virtude está relacionada ao agir, ao modo de ser. Por essa razão, não é errado dizer que tanto os vícios quanto as virtudes perdem sentido se não forem transformados em ação.

GABARITO: CERTO

12. **AGU – Agente Administrativo – 2010 – Cespe. A ética representa uma abordagem sobre as constantes morais, ou seja, refere-se àquele conjunto de valores e costumes mais ou menos permanente no tempo e no espaço.**

Certo

Errado

Comentários

A ética é uma reflexão filosófica sobre a moral, e também tem por função influenciar o estabelecimento do sistema de valores humano. Apenas chamo sua atenção para a utilização da expressão "constantes morais".

Eu não gosto muito de como o termo foi aplicado, mas aqui ele não significa exatamente algo imutável, mas diz respeito aos enunciados, aos princípios.

GABARITO: CERTO

13. AGU – Agente Administrativo – 2010 – Cespe. A ética ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.

Certo

Errado

Comentários

Como você já sabe muito bem, tanto a ética quanto a moral ocupam-se da conduta humana: enquanto a moral prescreve a conduta, a ética busca compreendê-la. Daí soa absurdo dizer que a ética se ocupa de questões de interesse particular do indivíduo, não relacionadas aos valores e condutas, não é mesmo?

GABARITO: ERRADO

14. AGU – Contador – 2010 – Cespe. A ética tem por objetivo a determinação do que é certo ou errado, bom ou mau em relação às normas e valores adotados por uma sociedade.

Certo

Errado

Comentários

Estabelecer o que é certo e o que é errado, e qual conduta deve ser praticada ou não, é a atividade de prescrição da conduta. Já vimos e revimos que a ética não prescreve conduta, mas apenas busca compreendê-la. O papel prescritivo é da moral.

GABARITO: ERRADO

15. Caixa Econômica Federal – Técnico Bancário – 2010 – Cespe. Acerca da relação entre ética e moral, assinale a opção correta.

a) A partir do estudo da ética, pode-se considerar uma visão utilitarista, em que a verdade de uma proposição consiste no fato de que ela é útil, tendo alguma espécie de êxito ou satisfação.

b) A ética reflexiva se dedica exclusivamente à reflexão sobre os deveres das pessoas contidos nos códigos específicos dos grupos sociais.

c) A ética é equivalente à moral porque ambos os preceitos investigam os princípios fundamentais do comportamento humano.

d) A ética é temporal, enquanto a moral é permanente.

e) A simples existência da moral significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discute, problematiza e interpreta o significado dos valores morais.

Comentários

Esta foi um pouco mais difícil, não é mesmo?

A alternativa A trata do utilitarismo, que é uma doutrina ética que encara a ação como forma de busca do bem estar. O utilitarismo tem fundamento em Aristóteles e na importância que ele dá à ação humana. Esta é a alternativa correta.

A alterativa B trata de códigos de conduta e grupos sociais, e na realidade se refere à moral. A ética reflexiva, por outro lado, diz respeito ao julgamento interno e individual, à auto-avaliação de cada pessoa acerca de sua própria conduta.

Quanto à alternativa C, ela está errada porque a ética e a moral são conceitos diferentes.

A alternativa D diz que a moral é permanente, mas na realidade ela se modifica com o tempo e de acordo com o sistema de valores de cada grupo social.

A alternativa E diz que quando existe moral deve existir necessariamente ética, mas isso não é verdade, pois é perfeitamente possível haver moral e não existir a reflexão sobre a conduta e o sistema de valores adotados.

GABARITO: A

---

16. Depen – Especialista – 2015 – Cespe. Uma equipe que pretende ver seus colaboradores adquirindo novos valores éticos deve considerar que a aprendizagem formal deve dar-se por meio das relações humanas e não apenas pela chamada "natureza humana" preexistente.

Certo

Errado

Comentários

Os valores éticos são adquiridos de acordo com o contexto social no qual cada ser humano está inserido. A questão ficou um pouco estranha porque fala em "aprendizagem formal", mas realmente as relações humanas são fundamentais para a aquisição de valores. A natureza humana preexistente é apenas um fator, mas não o único nesse processo.

GABARITO: CERTO

---

17. **Depen – Agente – 2015 – Cespe. A conduta ética do servidor deve basear-se não somente na legalidade, mas também em ações fundamentadas na dignidade, no decoro, na eficácia e na consciência dos princípios morais.**

Certo

Errado

Comentários

A dignidade, o decoro e a eficácia nada mais são do que um conjunto de princípios, que, além dos demais princípios morais, devem guiar a conduta do servidor público, não é mesmo!? Essa foi fácil! ☺

GABARITO: CERTO

18. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. Ser honesto e verdadeiro e cumprir promessas são considerados princípios éticos.**

Certo

Errado

Comentários

A assertiva é meio genérica, mas realmente honestidade e verdade são princípios éticos. Não podemos duvidar disso, não é mesmo!? ☺

GABARITO: CERTO

19. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. Decoro, por ser uma disposição interna para agir corretamente, não é passível, para o servidor público, de ser aprendido ao longo de sua carreira.**

Certo

Errado

Comentários

Dizer que esta assertiva está correta significaria condenar a pessoa a nunca poder aprender algo, e isso realmente não faz sentido. Tudo pode ser aprendido, inclusive o decoro.

GABARITO: ERRADO

20. **Polícia Federal – Agente – 2014 – Cespe. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral.**

Certo

Errado

Comentários

Exato! A noção de dano moral está na exposição de motivos, segundo a qual o Código de Ética tem por fundamentos básicos a probidade, decoro no exercício da função pública e os direitos da cidadania de não sofrer dano moral enquanto usuária desses mesmos serviços.

GABARITO: CERTO

21. **Antaq – Especialista – 2014 – Cespe. Os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário devem observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.**

Certo

Errado

Comentários

Estes são os cinco princípios previstos expressamente na Constituição de 1988, e você precisa conhece-los bem.

GABARITO: CERTO

22. **IBAMA – Analista Ambiental – 2013 – Cespe. Quando um servidor define fins, prioriza valores e delimita regras de conduta conforme sua concepção particular de bem, ele age em consonância com princípios da ética pública.**

Certo

Errado

Comentários

O servidor não pode definir seus parâmetros de conduta apenas pela sua concepção particular de bem, mas de acordo com os princípios e regras éticas adotadas no serviço público.

GABARITO: ERRADO

23. **TJ-RR – Técnico de Nível Médio – 2012 – Cespe. Os dirigentes de organizações públicas que estabelecem regras claramente explicitadas, consistentes e que sejam imparcialmente executadas manifestam conduta ética baseada nos princípios de justiça, equidade e imparcialidade.**

Certo

Errado

Comentários

Perceba que a justiça, a equidade e a imparcialidade são princípios, e não regras, não é mesmo?

GABARITO: CERTO

---

24. TJ-RR – Analista – 2012 – Cespe. Adota conduta ética, no exercício de seu cargo, o servidor público que preserva seus valores pessoais bem como os da organização onde atua.

Certo

Errado

Comentários

Agora sim! O respeito aos valores pessoais do servidor é importante, mas ele deve observar os valores e preceitos éticos da organização.

GABARITO: CERTO

---

25. Anvisa – Técnico Administrativo – 2007 – Cespe. O servidor público jamais pode desprezar o elemento ético de sua conduta, embora, em algumas situações, tenha de decidir entre o que é legal e ilegal.

Certo

Errado

Comentários

Esse trecho da exposição de motivos do Código de Ética já cobrado em diversas provas de concursos. Vamos relembrar?

Isso implica, no entendimento da Comissão Especial, a adoção da tradicional doutrina segundo a qual "o agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto, não podendo desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto".

GABARITO: CERTO

---

26. Caixa – Técnico Bancário – 2006 – Cespe. O servidor público não pode desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, o servidor público tem que decidir entre o legal e o ilegal, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, bem como entre o honesto e o desonesto.

Certo

Errado

Comentários

Agora temos a sentença completa! Mais uma vez basta o conhecimento do texto da exposição de motivos para responder corretamente à questão.

GABARITO: CERTO

---

27. STM - Técnico Judiciário - Área Administrativa – 2018 – CESPE. Acerca da ética e da moral e das disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União, julgue o seguinte item.

O relativismo moral opõe-se ao etnocentrismo, na medida em que reconhece que a pluralidade e a heterogeneidade das culturas influenciam as regras morais de cada grupo social.

Certo

Errado

Comentários

Errado! Em verdade, é o **relativismo cultural** o lado oposto do etnocentrismo.

Vamos entender isso melhor.

O **etnocentrismo** é um conceito retirado da antropologia e a grosso modo pode ser definido na conduta de analisar como "certo" ou "errado", "normal" ou "anormal", "aceitável" ou "inaceitável" a cultura e costumes de outro grupo social utilizando como parâmetro os valores do seu próprio grupo. Reflete a ideia de que uma cultura é superior a outra e que por isso mesmo pode ser utilizada como legítimo padrão de julgamento.

O **relativismo cultural**, ao contrário, defende que não existem verdades ou valores absolutos, de modo que a cultura é sempre o resultado do tempo, do contexto social e do lugar em que inserida, sendo determinados a partir dela os valores e comportamento de um grupo social. Em suma, é método de pesquisa que irá avaliar determinada cultura tendo como parâmetro os valores e construções sociais da mesma, negando qualquer possibilidade de existir um modelo cultural melhor ou superior.

Por exemplo, quando os colonizadores portugueses chegaram as terras brasileiras consideraram "inaceitável" e "anormal" os índios cobrirem seus corpos apenas com pintura. A partir disto, levando em consideração somente o padrão cultural do ocidente e compreendendo ser a cultura ocidental a melhor e a mais civilizada, impôs aos nativos o uso de roupas. Isso seria um exemplo de etnocentrismo. Por outro lado, caso compreendessem que entre as diversas formas de cobrir o corpo humano, o uso de roupas ou de pinturas eram apenas algumas delas, examinando o comportamento dos índios não com base em um modelo de vida ocidental, mas a partir da história e cultura indígena, teríamos em aplicação aquilo que é proposto pelo relativismo cultural.

Por fim, o **relativismo moral** compreende que a moralidade não é baseada em qualquer padrão absoluto. Assim, os valores morais variam a depender de uma série de fatores como a classe social, a sociedade, o

contexto histórico e a religião. Em resumo, nega a existência de valores morais absolutos ou universais. O relativismo moral se contrapõe ao **universalismo moral.**

Então, perceba que o relativismo cultural se opõe ao etnocentrismo, ao passo que o relativismo moral se opõe ao universalismo moral.

GABARITO: ERRADO

28. PC-MA - Escrivão de Polícia – 2018 – CESPE. No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à

a) ética.

b) impessoalidade.

c) conveniência.

d) eficiência.

e) legalidade.

Comentários

Está correto a letra A. No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à **ética.**

Acredito que esta tenha sido um questão tranquila para o aluno e para entende-la corretamente bastava ter em mente que o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (decreto n° 1.171/1994), em sua exposição de motivos, adotou tradicional doutrina segundo a qual **"o agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto, não podendo desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto".** (MAURICE HAURIOU, "Précis Élémentares de Droit Administratif", Paris, 1926, pp. 197 e ss., "apud" MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 18a edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, São Paulo, Malheiros Editores, 1993, p. 84)

Tal entendimento foi reproduzido com precisão no inciso II do Código e a sua leitura é muito importante, pois comumente é cobrada em provas de concurso.

GABARITO: A

29. PGDF – Técnico Judiciário – 2011 – IADES. Assinale a alternativa que estabelece corretamente as características de moral.

a) A moral resulta do conjunto de leis, costumes e tradições de uma sociedade e é subordinada a ética comportamental definida em regras constitucionais.

b) Entende-se por moral, um conjunto de regras consideradas válidas para uma maioria absoluta, que valem-se dela para impor conduta ética aos demais cidadãos.

c) A moral é mutável e varia de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. Ela norteia os valores éticos na Administração Pública.

d) A moral é mais flexível do que a lei, por variar de indivíduo para indivíduo, e afeta diretamente a prestação dos serviços públicos por criar condições para uma ética flexível no atendimento às necessidades básicas da população.

e) A ética confunde-se com a moral como um dos parâmetros para a avaliação do grau de desenvolvimento de determinada sociedade e, consequente, padronização da prestação dos serviços públicos comunitários.

Comentários

Esta questão já foi um pouco mais difícil, não é mesmo? Vamos ver quais os problemas em cada uma das alternativas erradas. A alternativa A está incorreta porque a moral não se subordina à ética, e nem está necessariamente relacionada às normas constitucionais. A alternativa B está incorreta porque a moral não pode ser imposta pela maioria absoluta. Essa função é desempenhada pela norma jurídica. A alternativa D está incorreta porque a moral não é a culpada pela flexibilidade ética que muitas vezes observamos no serviço público. A alternativa E está incorreta porque ética e moral não se confundem.

GABARITO: C

---

30. Correios – Atendente Comercial – 2008 – Consulplan. Em seu sentido mais amplo, a ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes. Portanto, neste sentido, a ética envolve:

a) Estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens.

b) A consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas.

c) Obrigação de ser humano como único mal em seu agir.

d) Realização fundamental em situação específica.

e) As alternativas A e B estão corretas.

Comentários

O objeto de estudo da Ética é justamente o sistema de valores humano, relacionado à maneira como as pessoas tomam decisões e aquilo que elas consideram certo ou errado. Por isso podemos dizer que tanto a alternativa A quanto a B estão corretas.

GABARITO: E

31. Nossa Caixa Desenvolvimento – Contador – 2011 – FCC. A respeito dos conceitos de ética, moral e virtude, é correto afirmar:

a) A vida ética realiza-se no modo de viver daqueles indivíduos que não mantêm relações interpessoais.

b) Etimologicamente, a palavra moral deriva do grego mos e significa comportamento, modo de ser, caráter.

c) Virtude deriva do latim virtus, que significa uma qualidade própria da natureza humana; significa, de modo geral, praticar o bem usando a liberdade com responsabilidade constantemente.

d) A moral é influenciada por vários fatores como, sociais e históricos; todavia, não há diferença entre os conceitos morais de um grupo para outro.

e) Compete à moral chegar, por meio de investigações científicas, à explicação de determinadas realidades sociais, ou seja, ela investiga o sentido que o homem dá a suas ações para ser verdadeiramente feliz.

Comentários

A alterativa A fala que a conduta ética apenas pode ser vivida quando as pessoas não mantêm relações sociais. Isso é meio bizarro, não é mesmo? Um dos principais fundamentos tanto da ética quanto da moral é o convívio social.

Na alterativa B podemos ver o erro claramente, pois *mos* é um termo latino, resultante da tradução do grego *ethos*, que significa caráter.

A alternativa D diz que não há diferenças morais entre um grupo e outro. É importante que você entenda que o conteúdo na moral não é o mesmo em todas as épocas e em todas as sociedades.

A alternativa E tenta confundir você trocando a moral pela ética. Apenas ética tem caráter científico e busca investigar o comportamento moral do homem.

A alternativa C está correta. Como vimos anteriormente, a virtude congrega todos os aspectos do "homem de bem".

GABARITO: C

32. SEGEP-MA - Agente Penitenciário – 2016 – FUNCAB. A Moral:

a) no sentido prático, tem finalidade divergente da ética, mas ambas são responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem.

b) determina o caráter da sociedade e valores como altruísmo e virtudes, ensina a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade, e capacita o ser humano a competir com os antiéticos, utilizando os mesmos meios destes.

c) diferencia-se da ética no sentido de que esta tende a julgar o comportamento moral de cada indivíduo no seu meio. No entanto, ambas buscam o bem-estar social.

d) é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano, usadas eventualmente por cada cidadão, que orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.

e) é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica.

Comentários

A nossa resposta é a alternativa C, que traduz perfeitamente os principais aspectos que diferenciam a ética da moral. Você poderia se confundir em relação à alternativa D, mas o erro está em dizer que as regras morais são usadas eventualmente pelas pessoas. Isso não é verdade. Todo mundo usa a moral, levando-a em consideração mesmo quando decide por desobedecer seus preceitos.

GABARITO: C

---

33. SEGEP-MA - Agente Penitenciário – 2016 – FUNCAB. Em relação à ética, é correto afirmar, EXCETO que:

a) é construída por uma sociedade com base nos valores econômicos, financeiros e históricos.

b) serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado.

c) embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social.

d) é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade.

e) do ponto de vista da Filosofia, é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.

Comentários

Nosso erro aqui está na alternativa A, pois a ética não tem relação (ao menos não diretamente) com os valores econômicos e financeiros de uma sociedade, mas sim com os valores morais, sociais, antropológicos, etc. Chamo sua atenção também para a alternativa D, que traz uma visão de ética um pouco diferente do que estudamos na aula de hoje, mas que eventualmente aparece em questões e de prova. Essa visão relaciona a ética com os valores, que nada mais são do que os princípios que regem o sistema moral de uma sociedade. A ética estuda a moral justamente com base nos valores.

GABARITO: A

34. Prefeitura de Belo Horizonte-MG – Assistente Administrativo – 2015 – FUMARC. Acerca da ética na Administração Pública, é correto afirmar, EXCETO:

a) A falta de ética e a corrupção existem em grande escala e os meios convencionais de repressão legal na maior parte do mundo têm apresentado resultados insatisfatórios.

b) A falta de ética não compromete a capacidade de governança, pois não representa risco à sobrevivência das organizações públicas e privadas.

c) A gestão da ética transita em uma trilha bem definida na qual se encontram valores éticos, regras de conduta e administração.

d) As ações de promoção da ética tendem a ser vistas, em boa parte, como ações direcionadas a organizações corruptas e indivíduos sem ética.

Comentários

Perceba que a banca nos pede para marcar a alternativa errada. A letra B é claramente nossa resposta, pois diz algo bem absurdo: a falta de ética não compromete a capacidade de governança. Na realidade as crises políticas geralmente se iniciam com problemas éticos, que levam os governos e gestores ao descrédito perante seus apoiadores e perante a população. Aí temos claramente um exemplo em que a falta de ética compromete a governança.

GABARITO: B

35. SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias – 2015 – Universa. A Constituição brasileira define com clareza os princípios éticos que devem balizar a administração pública em todos os níveis: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Certo

Errado

Comentários

Esses são os princípios trazidos expressamente pelo art. 37 da Constituição Federal, e, portanto, aplicáveis a toda a Administração Pública. Apesar de haver outros, esses princípios são definidos com clareza pela Constituição.

GABARITO: CERTO

36. SAPeJUS-GO – Agente de Segurança Prisional – 2015 – Universa.Com relação às obrigações éticas do servidor público, assinale a alternativa incorreta.

a) Os servidores públicos deverão tratar seus concidadãos com urbanidade, cordialidade e educação.

b) Os servidores públicos deverão satisfazer suas obrigações perante os cidadãos de boa-fé.

c) Os servidores públicos não podem incidir em conflitos de interesse que afetem o desempenho de sua função

d) Os mandamentos da ética e do direito não se confundem. A única diferença entre eles consiste na coercibilidade. Logo, os servidores públicos vinculam-se às leis, não podendo ser responsabilizados por condutas imorais que não lhes sejam expressamente vedadas.

e) Os servidores públicos estão eticamente obrigados a guardar sigilo de informações obtidas por meio da função, não lhes sendo permitido utilizar dessas informações para seu próprio interesse.

Comentários

Aqui precisamos encontrar a alternativa incorreta, que neste caso é a letra D, pois, apesar de haver diferenças entre normas jurídicas e éticas, os servidores podem ser responsabilizados por condutas imorais, na esfera ética, bem como por condutas ilegais, na esfera disciplinar.

GABARITO: D

---

37. MDIC – Analista Técnico Administrativo – 2009 – Funrio. O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim terá que decidir principalmente entre

a) o oportuno e o inoportuno.

b) o conveniente e o inconveniente.

c) o justo e o injusto.

d) o ilegal e o legal.

e) o honesto e o desonesto.

Comentários

Mais uma vez surge o mesmo trecho da exposição de motivos.

GABARITO: E

---

38. MTur – Agente Administrativo – 2010 – Universa (adaptada). Se um servidor houver de avaliar a prática de ato inerente à sua função e verificar que se trata de ato legal e oportuno, saberá que, automaticamente, terá sido atendido o elemento ético do ato.

Certo

Errado

Comentários

Como você já está cansado de saber, o servidor tem que decidir não apenas entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto.

GABARITO: ERRADO

39. MTur – Agente Administrativo – 2010 – Universa (adaptada). Para que um ato atenda aos princípios éticos, não basta levar em conta o aspecto da economicidade.

Certo

Errado

Comentários

Isso mesmo! Ao avaliar os aspectos éticos de um ato, o servidor deve ir muito além da legalidade ou mesmo da economicidade, sempre buscando a realização do bem comum.

GABARITO: CERTO

40. CGU – Analista de Finanças e Controle – 2006 – ESAF. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994 "o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4o, da Constituição Federal". Esse enunciado expressa

a) o princípio da legalidade na Administração Pública.

b) a regra da discricionariedade dos atos administrativos.

c) a impossibilidade de um ato administrativo, praticado de acordo com a lei, ser impugnado sob o aspecto da moralidade.

d) um valor ético destinado a orientar a prática dos atos administrativos.

e) que todo ato legal é também justo.

Comentários

O enunciado mencionado, que é parte da exposição de motivos do Código de Ética, traz um valor ético, e não outros aspectos relacionados à legalidade ou discricionariedade dos atos administrativos.

GABARITO: D

41. PROVA: CPCON - 2019 - CÂMARA DE CAMPINA GRANDE - PB - AGENTE LEGISLATIVO

A ética pode ser compreendida como a teoria do comportamento moral dos homens em sociedade. Em relação à implementação da ética nas organizações, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O código de ética, apesar de não ter como objetivo disciplinar a conduta do empregado, constitui um instrumento de punição rápida às transgressões de conduta.

(B) O discurso da ética é incentivado por gestores que concordam que este valor deve nortear todas as condutas independente da posição hierárquica ocupada na organização.

(C) O código de ética é um instrumento informal que delineia a cultura, a política, os valores organizacionais e orienta o comportamento corporativo.

(D) O código de ética surge nas organizações com o objetivo de disciplinar a conduta do empregado, mas não constitui um instrumento de punição às transgressões de conduta.

(E) A eficiência do código de ética depende do comprometimento dos dirigentes quanto aos valores nele expressos, mas nem todos os empregados devem participar do processo de elaboração.

Comentários

A- **ERRADO**. O código de ética, **apesar de não ter como objetivo disciplinar a conduta do empregado,** constitui um instrumento de punição rápida às transgressões de conduta.

O código de ética tem sim como objetivo disciplinar a conduta dos empregados e prevê não só o processo pelo qual serão apuradas as infrações éticas bem como as sanções que deverão ser aplicadas.

B- **CERTO.**

C- **ERRADO.** O código de ética **é um instrumento informal** que delineia a cultura, a política, os valores organizacionais e orienta o comportamento corporativo.

O código de ética não é apenas um norte ao comportamento corporativo, mas é também instrumento formal ao qual está adstrito o funcionário e a ele deve se submeter.

D- **ERRADO.** O código de ética surge nas organizações com o objetivo de disciplinar a conduta do empregado, mas **não constitui um instrumento de punição às transgressões de conduta**.

O código de ética também prevê sanções para as faltas disciplinares.

E- **ERRADO.** A eficiência do código de ética depende do comprometimento dos dirigentes quanto aos valores nele expressos, **mas nem todos os empregados devem participar do processo de elaboração.**

Para uma maior adesão ao Código de ética é imprescindível o comprometimento dos empregados do alto escalão e o envolvimento de todos os empregados em sua elaboração.

GABARITO: B

42. PROVA: IF-GO - 2019 - IF GOIANO – ADMINISTRADOR. O comportamento ético segue os princípios daquilo que é certo ou errado. Assim, sabotar equipamentos e mentir sobre número de horas trabalhadas são exemplos de desvio de

(A) conduta relacionada à produção.

(B) propriedade.

(C) conduta de natureza política.

(D) manipulação.

Comentários

A- ERRADA. Desvio de conduta relacionado a produção: comportamento antiético que prejudica a qualidade e quantidade do trabalho produzido.

B- CERTA. Desvio de propriedade: comportamento antiético cujo alvo é a propriedade ou os produtos da empresa. De acordo com Robbins, sabotar equipamentos e mentir sobre número de horas trabalhadas é um exemplo de desvio de propriedade. (Fonte: Robbins, Comportamento Organizacional).

C- ERRADA. Desvio de conduta de natureza política: uso de influência pessoal para prejudicar pessoas da empresa.

D- ERRADA. Desvio de conduta no local de trabalho: comportamento antiético que viola as normas organizacionais sobre o certo e errado.

GABARITO: B

43. PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Callie Smartt, aluna do primeiro ano do ensino médio, era popular na escola e participava da torcida organizada da Andrews High School, no oeste do Texas. O fato de ter paralisia cerebral e usar uma cadeira de rodas não diminuía o entusiasmo que inspirava nos jogadores e fãs de futebol americano, com sua presença sempre animada à beira do campo nos jogos do time de juniores da escola.

No final da temporada, no entanto, Callie foi expulsa da torcida organizada. Pressionada por outras meninas da torcida e pelos pais dessas jovens, a diretoria da escola disse a Callie que se ela quisesse participar no ano seguinte teria de treinar como todas as demais e se submeter à rigorosa rotina de exercícios físicos, incluindo splits e acrobacias. O pai da líder da torcida comandou o movimento contra

a permanência de Callie, alegando preocupação com a segurança dela. Mas a mãe de Callie achou que tudo era fruto da inveja dos aplausos que Callie sempre recebia.

A história de Callie levanta a questão de equidade. Ela deveria ter de fazer ginástica para participar da torcida organizada ou esse requisito seria injusto considerando sua deficiência? Uma forma de se responder a essa pergunta seria invocar o princípio da não discriminação: desde que desempenhasse bem seu papel, Callie não deveria ser excluída da torcida apenas por não ter, embora não fosse culpa sua, capacidade física para desenvolver os movimentos acrobáticos.

Michael J. Sandel (tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo). Justiça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item respeito de ética, princípios, valores e moral.

Não há diferenciação entre moral e ética, a ética filosófica está contida na ação, é normativa, traduz os costumes e a repetição de atos ao longo do tempo.

Certo

Errado

Comentários

A afimação está errada**. Há diferença entre moral e ética. Moral é normativa e traduz os costumes e repetição dos atos ao longo do tempo.**

ÉTICA ≠ MORAL

Ética vem do grego ethos, que significa caráter, modo de ser. A ética é a parte da filosofia e ciência que se ocupa do comportamento moral do homem, e busca compreender, explicar, justificar e criticar a moral de uma sociedade. **Ela engloba um conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa, que estão ligados à prática do bem e da justiça, aprovando ou desaprovando a ação do homem, de um grupo social e de uma sociedade.** Os conceitos de ética e política estão diretamente associados.

Moral se originou da tradução do ethos para o latim mos (ou mores, no plural), que significa costume. Moral é normativa. Ela determina o nosso comportamento por meio de um sistema de prescrição de conduta. **Moral é um Conjuntos de normas, princípios, costumes e valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social**. A moral se ocupa de atribuir um valor à ação. Portanto, tem caráter subjetivo.

Principais diferenças:

ÉTICA	MORAL
Vem do grego Ethos (Modo de ser)	Vem do grego Morales (Relativo aos costumes)

É um ramo da filosofia que estuda a moral, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.	Pode ser definida como todo o sistema público de regras, próprio de diferentes grupos sociais, que abrange normas e valores que são aceitos e praticados.
Tem caráter científico e busca investigar o comportamento moral do homem	É formada pela cultura e tradição do grupo ao qual o indivíduo está inserido
É absoluta/geral/universal (é a mesma independentemente do local).	É não-absoluta/regional/específica (varia para cada região do mundo/país).
É perene (permanente)	É temporária (varia de acordo com a evolução daquela sociedade).
É teórica.	É prática.

GABARITO: ERRADO.

44. PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Existem legislações de conteúdo ético que procuram reproduzir a moral e os princípios coletivamente desejados, impondo-os àqueles que não escolherem, voluntariamente, agir eticamente.

Certo

Errado

Comentários

A afirmação está **CORRETA.**

O Código de Ética dos servidores federais, por exemplo, IMPÕE que os servidores se pautem sob o aspecto da Ética expressa neste de forma imperiosa, não há que se falar em vontade do servidor em cumprir o que diz o Decreto, ou seja, este servidor DEVERÁ cumprir as determinações ali escritas. Digamos que é o poder Hierárquico agindo perante o administrador da coisa pública.

GABARITO: CERTO

45. PROVA: QUADRIX – 2019 – CREF – 20ª REGIÃO (SE) – AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Não caberia a um profissional de educação física questionar ou buscar solução para a participação de Callie na torcida organizada, uma vez que, na análise ética, não há ponderação da ação, da intenção e das circunstâncias.

Certo

Errado

Comentários

A questão está errada pois a razoabilidade, o bom-senso e a proporcionalidade são conceitos inafastáveis na análise ética.

GABARITO: ERRADO.

---

46. PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Não é possível utilizar a ética e a moral na situação descrita no texto, pois elas devem ser observadas e perseguidas em situações de igualdade, e não de desigualdade.

Certo

Errado

Comentários

A afirmação está errada. As proposições éticas e as normas morais podem e devem ser aplicadas em todas as situações.

GABARITO: ERRADO.

---

47. PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. A ética possibilita ao homem critérios para a escolha da melhor conduta. Assim, ela seria essencial para a decisão a ser tomada no caso descrito no texto acima.

Certo

Errado

Comentários

A afirmação está correta. De um modo geral, a ética é o conhecimento que oferta ao homem critérios para a eleição da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana! Se o objetivo do homem é a vida feliz e harmônica, a realização do bem comum, o alcance de tal objetivo depende do modo como o homem escolhe e determina quais ações podem ser consideradas como as melhores: a ética, desta forma, é a reflexão sobre quais ações são virtuosas (boas) e quais não o são. Fonte: Noções de Ética no Serviço Público, Leandro Bortoletto e Perla Müller

GABARITO: CERTO.

---

48. PROVA: FADESP - 2019 - DETRAN-PA - AGENTE DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO. Práticas de negócios éticos ou antiéticos costumam refletir os valores, as atitudes, as crenças e os comportamentos padrão da cultura organizacional. Portanto, pode-se dizer que

(A) a ética é exatamente a mesma coisa que moral, pois é a ética que cria a moral e vice-versa.

(B) os problemas éticos caracterizam-se pela sua especificidade em situações concretas.

(C) a moral estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam obrigatório e valioso.

(D) a ética deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real e efetivo do comportamento humano.

(E) uma decisão eticamente correta não é a que melhor assegura os direitos das pessoas por ela afetadas.

Comentários

A- ERRADA. Ambas **são diferentes**.

B-ERRADA. A ética **é teórica, científica e abstrata.**

C- ERRADA. A moral é o "conjunto de preceitos ou regras **para dirigir os atos humanos** segundo a justiça e a equidade natural." (Michaelis), ou seja, regras estabelecidas e aceitas pelas comunidades humanas num determinado momento histórico, **mas não necessariamente obrigatórias.**

D- CERTA. A ética deve os princípios que permitam compreender as diversas morais em seus movimentos e desenvolvimentos. Infere-se desse campo próprio da ética que ela "[...] deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real, efetivo, do comportamento dos homens" (Vásquez, 1975, p. 12).

Vásquez: "A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica do comportamento humano"

E-ERRADA. Podemos dizer que a **ética é o conhecimento que oferta ao homem critérios para escolha da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana** . Se partirmos do pressuposto de que o **homem busca uma vida equilibrada, orientada pelo bem comum**, podemos dizer que a ética é a reflexão acerca de quais são as condutas virtuosas, boas e aceitáveis, e de quais não são, e por isso devem ser evitadas.

GABARITO: D

---

49. PROVA: CETREDE - 2019 - PREFEITURA DE ACARAÚ - CE - AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Analise as afirmativas a seguir sobre a ética no serviço público.

I. Ser honesto, respeitar o outro, ser justo e cordial com as pessoas é dever fundamental do servidor público.

II. Os servidores públicos não podem se distanciar dos padrões de ética e de eficiência exigidos pela sociedade e pela instituição em que desenvolve seu trabalho.

III. Evitar estabelecer relações cordiais e de confiança com seus colegas de trabalho é fundamental para que possa se destacar e evitar brigas no local de trabalho.

IV. Mostrar-se indiferente à conversa com seus colegas de trabalho para que possa estabelecer um ambiente agradável e de confiança.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

(A) I – III – IV.

(B) II – III.

(C) I – IV.

(D) II – III – IV.

(E) I – II.

Comentários

I. CERTO. Ser honesto, respeitar o outro, ser justo e cordial com as pessoas é dever fundamental do servidor público.

II. CERTO. Os servidores públicos não podem se distanciar dos padrões de ética e de eficiência exigidos pela sociedade e pela instituição em que desenvolve seu trabalho.

III. ERRADO. **Estabelecer relações cordiais e de confiança com seus colegas de trabalho é fundamental** para que possa se destacar e evitar brigas no local de trabalho.

IV.ERRADO. **Interagir** com seus colegas de trabalho para que possa estabelecer um ambiente agradável e de confiança.

GABARITO: E

---

50. PROVA: INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB – ADMINISTRADOR. Para ingressar como servidor público, o candidato precisa passar por uma série de testes. Ao ingressar na carreira, o servidor também se submete a um conjunto de regras que visa analisar a sua aptidão ao exercício da função. Referente aos valores fundamentais ao exercício dessa carreira, assinale a alternativa correta.

(A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público.

(B) A moralidade da Administração Pública limita-se à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem do servidor público.

(C) A função pública deve ser tida como exercício voluntário e, portanto, não deveria se integrar à vida financeira particular de cada servidor público.

(D) O servidor poderá omitir ou falsear os fatos, desde que beneficie os interesses da Administração Pública ou empresas equiparadas.

(E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens, respeitando a autonomia da vontade, princípio fundamental da Administração Pública.

Comentários

A- Certo.

Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal - CAPÍTULO I - Seção I - Das Regras Deontológicas

I - **A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público**, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

B- Errado. A moralidade não se limita a escolher entre o bem e o mal.

C- Errado. Há sim funções públicas remuneradas.

D- Errado. Apesar de o fim sempre ser o interesse público, este deve estar em consonância com o princípio da legalidade.

E- Errado. Autonomia de vontade não é um princípio fundamental da administração pública.

GABARITO: A

---

51. PROVA: INSTITUTO PRÓ-MUNICÍPIO - 2019 - CRP - 11ª REGIÃO (CE) – PSICÓLOGO. Acerca da Ética e a moral no Serviço Público, marque a opção correta:

(A) O Servidor Público não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta, tendo que decidir somente entre o legal e o ilegal;

(B) Para a moralidade da Administração Pública, o fim é sempre o bem comum;

(C) O Servidor Público que deixa qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, causa um ato de desconforto, mas não é considerado pela lei grave dano moral aos usuários dos serviços públicos;

(D) O Servidor Público tem que observar as regras quanto as vestimentas no local de trabalho, contudo é um direito do Servidor se apresentar de forma adequada ao exercício de sua função.

Comentários

A- ERRADO. Das Regras Deontológicas: II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, **não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto**, consoante as regras contidas no art 37, caput, e § 4°, da Constituição Federal.

B- CORRETO. Das Regras Deontológicas: III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal**, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.** O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

C- ERRADO. Das Regras Deontológicas: X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, **não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.**

D- ERRADO. Das Regras Deontológicas: XIV - **São deveres fundamentais do servidor público**: p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.

GABARITO:B

---

52. PROVA: QUADRIX - 2019 - CRA-PR - AUXILIAR ADMINISTRATIVO. A respeito da organização interna das organizações e de seu relacionamento com o público externo, julgue o item:

A ética estuda o comportamento das organizações, visando a estabelecer práticas corretas para atingir os objetivos.

Certo

Errado

Comentários

A afirmação está errada. **Ética** vem do grego **ethos,** que significa **caráter,** modo de ser. A ética é a **parte da filosofia e ciência que se ocupa do comportamento moral do homem,** e busca **compreender, explicar, justificar e criticar a moral de uma sociedade.**

GABARITO: ERRADO

---

53. PROVA: QUADRIX - 2019 - CRESS - SC - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JR. Acerca da ética no serviço público, julgue o item.

A ética é um ramo da filosofia que busca o constante questionamento, é especulativa e propicia a quebra de paradigmas e a evolução do pensamento.

Certo

Errado

Comentários

A afirmativa está correta. A **ética** está relacionada à reflexão, com **caráter especulativo** (científico).

A ética é especulativa (ou seja, é uma investigação teórica, doutrinária). Busca responder – sem pretensão de dar resposta definitiva, já que todo processo filosófico prima pela perene indagação – a perguntas como: 'o que é moral?'; 'qual(is) o(s) fundamento(s) da moral?'; 'por que ser moral?'; 'quais princípios devem orientar a moral?'; e assim por diante.

A ética, enquanto disciplina filosófica, pode modificar, refinar ou aprimorar valores morais, ou seja, pode incidir para alterar as regras morais enraizadas na sociedade através da avaliação que faz de princípios e valores morais até então estabelecidos. E, de fato, exemplos não nos falta: se antes a escravidão era moralmente aceitável, hoje, com louvor, já não mais o é; se antes o homossexualismo era moralmente condenado, hoje, com acerto, não mais o é. Isto vem a demonstrar como a crítica e reflexão éticas auxilia o desenvolvimento moral da sociedade

Fonte: Noções de Ética no Serviço Público, Leandro Bortoleto e Paula Müller

GABARITO: CERTO

---

54. PROVA: QUADRIX - 2019 - CRESS - SC - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JR. Acerca da ética no serviço público, julgue o item.

Existem diferenças entre os conceitos morais de um grupo e de outro, sendo a moral influenciada por fatores sociais

Certo

Errado

Comentários

A afirmativa está correta. **A moral é influenciada por fatores sociais e históricos** (espaço-temporais), havendo diferenças entre os conceitos morais de um grupo para outro (relativismo), diferentemente da ética, que pauta-se pela universalidade (absolutismo), valendo – ou ao menos pretendendo valer – seus princípios e valores para todo e qualquer local, em todo e qualquer tempo. Fonte: Noções de Ética no Serviço Público, Leandro Bortoleto e Paula Müller

GABARITO: CERTO

---

55. Prova: FADESP - 2019 - DETRAN-PA - Agente de Fiscalização de Trânsito. Ética e moral, embora sejam noções distintas, se relacionam. Cada uma cumpre função específica. Sobre a moral é correto dizer que

(A) não deve cumprir, não pode cumprir e não cumpre uma função social.

(B) decorre exclusivamente de atitudes exteriores e que são tipicamente atemporais.

(C) produz decisões de cunho amoral que não são assumidas por uma convicção interior.

(D) reflete sobre os atos imorais, pois são eles que exigem decisão livre e consciente.

(E) coloca sempre em ação os indivíduos como tais.

Comentários

A – Errado. "a moral como uma forma específica de comportamento humano, cujos agentes são os indivíduos concretos, indivíduos, porém, que só agem moralmente quando em sociedade, dado que a **moral existe necessariamente para cumprir uma função social**".

B - Errado. "o verdadeiro comportamento moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais, pois o **ato moral exige a sua decisão livre e consciente, assumida por uma convicção interior** e não por uma atitude exterior e impessoal".

"A ética parte do fato da existência da história da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas".

C – Errado. "o verdadeiro comportamento moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais, pois o **ato moral exige a sua decisão livre e consciente, assumida por uma convicção interior e não por uma atitude exterior e impessoal".**

D – Errado. "o verdadeiro comportamento moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais, pois o **ato moral exige a sua decisão livre e consciente**, assumida por uma convicção interior e não por uma atitude exterior e impessoal".

E- Certo. "o verdadeiro comportamento moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais, pois o ato moral exige a sua decisão livre e consciente, assumida por uma convicção interior e não por uma atitude exterior e impessoal".

Fonte: Livro "Ética", de Adolfo Sánchez Vázquez
(*http://www.record.com.br/images/livros/capitulo_Caz9ae.pdf*)

GABARITO: E

---

56. PROVA: IF-MS - 2019 - IF-MS – ADMINISTRADOR. A maior garantia de uma conduta ética é a formação moral da pessoa e o nível atingido por um processo que leve a essa formação. Conforme o modelo elaborado por Lawrence Kohlberg, existem três níveis de desenvolvimento moral que influenciam a pessoa na sua capacidade de traduzir princípios e valores em comportamentos, sendo eles: o pré-convencional, o convencional e o pós-convencional. Assinale a alternativa que corresponde a uma característica do nível convencional.

(A) O indivíduo acredita que o certo é determinado por princípios éticos de caráter universal.

(B) O indivíduo age apenas por algum interesse pessoal imediato.

(C) O indivíduo exibe comportamento ético apenas para evitar punições imediatas.

(D) O indivíduo respeita os princípios éticos mesmo que tenha de violar uma lei positiva.

(E) O indivíduo aprende a se conformar com as expectativas de bom comportamento que outros, como seus colegas, superiores e a sociedade, demonstram.

Comentários

NÍVEL MORAL CONVENCIONAL - É o nível em que se localiza a maioria dos adolescentes e adultos de nossa sociedade e de outras. O termo convencional designa conformidade e manutenção das regras sociais, é baseado na autoridade. Há expectativas ou acordos da sociedade. Nesse nível, o indivíduo identifica-se com as regras e expectativas dos outros, principalmente das autoridades.

O nível subdivide-se em:

-> Expectativas interpessoais mútuas, relações e conformidade interpessoal;

-> Sistema social e consciência;

-> A expectativa do indivíduo está nos outros à sua volta.

GABARITO: E

---

57. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Segundo Aristóteles, é preciso identificar entre as ações e as paixões as que sejam voluntárias, ou seja, aquelas que dependem da vontade, a fim de se reconhecer seu aspecto ético.

Certo

Errado

Comentários

Aristóteles diz que somente existe virtude quando há vontade. Se alguém faz algo involuntariamente (seja por uma compulsão ou uma doença, por exemplo), essa ação não pode ser julgada sob o ponto de vista ético.

GABARITO: CERTO

---

58. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Segundo Aristóteles, a prodigalidade e a mesquinhez correspondem a vícios, marcados pelo excesso e pela falta respectivamente, ao passo que a generosidade corresponde a uma virtude a ser buscada voluntariamente para se encontrar a mediania.

Certo

Errado

Comentários

A mediania aristotélica consiste na busca pelo equilíbrio. A virtude está no meio, enquanto os extremos são os vícios. No exemplo dado no texto, a mesquinhez e a prodigalidade são dois extremos no que se refere à maneira como o indivíduo lida com seus bens materiais, ao passo que a generosidade está no equilíbrio, e por isso é uma virtude.

GABARITO: CERTO

59. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Considerando-se as premissas de Aristóteles, é correto inferir que o exercício ético de uma função pública exige que todas as ações do agente público sejam usadas pela razão, vinculada à vontade de agir com virtude.

Certo

Errado

Comentários

O exercício ético de uma função pública exige do agente que ele seja guiado pela razão, no sentido da autonomia da vontade. Alguém que age com a razão decide suas ações, e por isso pode agir com virtude.

GABARITO: CERTO

60. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. O indivíduo pródigo do modelo aristotélico deve servir de modelo para a ação ética no serviço público, haja vista ser ele, ao contrário do mesquinho, exemplo de generosidade.

Certo

Errado

Comentários

Essa foi fácil, não é mesmo!? O próprio texto trazido pela questão nos diz que a prodigalidade e a mesquinhez são vícios, cada um num extremo, e que a generosidade é o equilíbrio entre os dois, e por isso uma virtude.

GABARITO: ERRADO

61. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Servidores públicos são orientados a agir de forma involuntária no exercício de suas funções, porque estão subordinados ao conjunto das leis e normas que regulam as funções públicas; portanto, suas ações, especialmente as que sejam relativas ao uso de recursos públicos, não podem ser pautadas nos princípios da ética aristotélica.

Certo

Errado

Comentários

Isso não faz o menor sentido! O servidor deve agir observado as normas que regem sua conduta, mas isso não agir involuntariamente. Pelo contrário, o servidor público tem autonomia para decidir entre o que é legal e o que é ilegal, o que é justo e o que é injusto, e assim por diante. Por isso ele age voluntariamente, e, consequentemente, suas ações podem ser valoradas sob o ponto de vista ético.

GABARITO: ERRADO

62. MPU – Analista – 2018 – CESPE. Constatar a dificuldade em ser bom é uma questão ética que constitui uma condição para que as pessoas recorram ao juiz, pois a natureza de seu trabalho é a bondade.

Certo

Errado

Comentários

O texto não diz que a natureza do trabalho do juiz é a bondade, e sim o equilíbrio, justamente nesse papel de mediador estabelecido por Aristóteles.

GABARITO: ERRADO

63. MPU – Analista – 2018 – CESPE. Depreende-se do texto que a decisão do juiz, apesar de ética, não necessariamente representa o justo para os litigantes, pois um terá de perder e o outro, ganhar, para que a justiça corretiva aconteça.

Certo

Errado

Comentários

Aristóteles nos diz que a decisão do juiz representa o intermediário entre a perda e o ganho, o equilíbrio, e não necessariamente a perda de um e o ganho do outro.

GABARITO: ERRADO

64. MPU – Analista – 2018 – CESPE. Com o objetivo de promover os valores éticos para o bem da sociedade, a fórmula aristotélica da mediania propõe a rigorosa punição dos vícios pelos agentes públicos, simbolizados no texto pela profissão de juiz.

Certo

Errado

Comentários

A mediania aristotélica não tem nada a ver com rigorosas punições. Ela encara a virtude no mediano, como se o bom estivesse entre os vícios, que na realidade significam excessos capazes de nos prejudicar. O muito ou o pouco, portanto, são vícios, e o meio termo (ou mediano) é a virtude.

GABARITO: ERRADO

65. MPU – Analista – 2018 – CESPE. Conforme a ética aristotélica, o meio-termo deve ser buscado por todas as pessoas como principal caminho para uma vida virtuosa, tanto nas ações como nas paixões humanas, a fim de se equilibrarem os vícios, tanto os decorrentes do excesso como aqueles que resultam da falta.

Certo

Errado

Comentários

Agora sim estamos diante de uma definição consistente da mediania aristotélica.

GABARITO: CERTO

66. MPU – Analista – 2018 – CESPE. Aristóteles vincula a justiça à natureza do trabalho de juiz, cuja atuação deve ser ética e corresponder ao exercício da própria noção de justiça.

Certo

Errado

Comentários

Esta assertiva foi mal formulada, e terminou ficando com teor muito subjetivo, mas acredito que esteja correta, pois no próprio texto Aristóteles diz que recorrer ao juiz é recorrer à justiça. A ideia de justiça ligada ao positivismo veio muitos séculos depois de Aristóteles. Para ele o juiz deveria ser a boca da justiça, manifestando essa virtude do equilíbrio entre os vícios.

GABARITO: CERTO

67. SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário - 2018 - CESPE. Determinado servidor público, apesar de devidamente capacitado por sua chefia imediata, tem cometido repetidos erros na execução de suas tarefas, demonstrando uma conduta de difícil correção.

Sob o ponto de vista da ética no serviço público, é correto associar o desempenho insatisfatório desse servidor a

a) imprudência.

b) imperícia.

c) esonestidade.

d) desvio de finalidade.

e) ato atentatório à dignidade.

Comentários

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

CAPÍTULO I

Seção I

Das Regras Deontológicas

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

GABARITO: A

---

68. SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário - 2018 - CESPE. Servidor público que, no exercício do cargo, tratar mal um contribuinte, sob o ponto de vista das regras atinentes à ética no serviço público, praticará

a) ato ilegal.

b) ato injusto.

c) ato gerador de dano moral.

d) conduta de má-fé.

e) conduta atentatória à cidadania.

Comentários

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

GABARITO: C

---

69. SEFAZ-RS – Assistente Administrativo Fazendário – 2018 – CESPE. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual, ser solidário com prática realizada por outro servidor público ou por terceiro que caracterize ilícito, ou simplesmente que venha a causar prejuízo à administração e à eficiência do serviço público, poderá acarretar ao servidor

a) sanções disciplinares e atrair a sua responsabilidade civil, sendo afastada a seara penal.

b) responsabilidade administrativa, sendo afastadas as searas penal e civil, posto que solidariedade não se confunde com coautoria.

c) a demissão, se houver condenação judicial transitada em julgado do terceiro que praticou o ato ilícito.

d) sanções disciplinares, bem como a apuração de sua responsabilidade civil, penal e administrativa.

e) sanções disciplinares, bem como a apuração de sua responsabilidade penal desde que haja a condenação do terceiro que praticou o ato ilícito.

Comentários

Ser solidário com prática realizada por outro servidor público ou por terceiro, que caracterize ilícito, ou simplesmente venha a causar prejuízo à Administração e à eficiência do serviço público é conduta proibida pelo Código de Ética (art. 4º, II).

Além disso, de acordo com o art. 5º, as normas previstas no Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Estadual, aplicam-se sem prejuízo dos deveres funcionais previstos em lei, e respectivas sanções disciplinares relativas a seu descumprimento, bem como da apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa, tudo na forma estabelecida nas Constituições Federal e Estadual, e na legislação ordinária.

GABARITO: D

---

70. SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário - 2018 - CESPE. Julgue os itens a seguir, com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual.

I A finalidade do referido Código é reconhecer os deveres éticos inerentes ao desempenho das atribuições dos servidores, que serão avaliados por deliberação da Comissão de Ética Pública.

II Pelo princípio da solidariedade, é permitido ao servidor, em situação excepcional, colaborar para que outro servidor impeça que um usuário de serviços públicos exerça regularmente seus direitos.

III É vedado ao servidor retirar, em qualquer hipótese, bens e documentos públicos do seu local de origem.

IV No exercício do cargo público, o servidor deve pautar-se nos deveres de respeito à dignidade, ao decoro, à moralidade, à probidade e à transparência.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) II, III e IV.

Comentários

I - XVI - Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

II- XV - E vedado ao servidor público;

c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

III- XV - E vedado ao servidor público;

l) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

IV- Das Regras Deontológicas

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

GABARITO: B

71. MPU - Analista do MPU - Direito - 2018 - CESPE. No que se refere à ética no serviço público, julgue o item seguinte, à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público).

Uma das regras deontológicas que regem a conduta dos servidores públicos federais é o espírito de solidariedade, conforme o qual se espera que o servidor seja complacente em caso de erro ou infração, pois a superação de falhas representa uma oportunidade para o engrandecimento profissional dos servidores públicos.

Certo

Errado

Comentários

XV - É vedado ao servidor público;

c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.

GABARITO: ERRADO

72. MPU - Analista do MPU - Direito - 2018 - CESPE. No que se refere à ética no serviço público, julgue o item seguinte, à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público).

Não descumpre o dever de respeito à hierarquia o servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas.

Certo

Errado

Comentários

XV - É vedado ao servidor público;

c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

GABARITO: CERTO

73. MPU - Técnico do MPU - Administração - 2018 - CESPE.

No que se refere a ética no serviço público, julgue o próximo item, com base no Decreto n.º 1.171/1994 — Código de Ética Profissional do Serviço Público.

Constitui dever fundamental do servidor público abster-se de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observadas as formalidades legais.

Certo

Errado

Comentários

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

GABARITO: CERTO

74. MPE-PI - Conhecimentos Básicos – Analista Ministerial - 2018 - CESPE.

A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Além de demandar a obediência a valores e normas de conduta, a solução dos problemas éticos na administração pública requer um padrão transparente e previsível de procedimentos.

Certo

Errado

Comentários

A ética servirá como uma bússola para que se siga as normas de conduta. A moral vai dizer quais são as normas e a ética vai nortear as pessoas a sempre optarem pela opção mais correta.

GABARITO: CERTO

75. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Técnico Ministerial - 2018 - CESPE.

Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

As ações éticas são aquelas realizadas racionalmente pelo ser humano em busca do bem, à luz de princípios morais, e que podem enunciar normas do dever ser de determinados grupos sociais em seus diferentes contextos, para atingir fins morais.

Certo

Errado

Comentários

ÉTICA é um ramo da filosofia que estuda a moral, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.

- "ética" vem do Grego "ethos" que significa "modo de ser" ou "caráter".

- Parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

- É o conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade.

- É TEORIA, INVESTIGAÇÃO OU EXPLICAÇÃO DE UM TIPO DE EXPERIÊNCIA HUMANA OU FORMA DE COMPORTAMENTO DOS HOMENS, CONSIDERADO EM SUA TOTALIDADE, DIVERSIDADE E VARIEDADE. SEU VALOR COMO TEORIA ESTÁ NAQUILO QUE EXPLICA, E NÃO NO FATO DE PRESCREVER OU RECOMENDAR, COM VISTAS À AÇÃO EM SITUAÇÃO CONCRETA.

- Observe que Ética é o julgamento de uma conduta, ação, humana, com base em princípios morais de um determinado grupo ou sociedade.

MORAL pode ser definida como todo o sistema público de regras próprio de diferentes grupos sociais, que abrange normas e valores que são aceitos e praticados, como certos e errados.

- Moral tem haver com sociedade, são conceitos coletivos, definições comuns para se viver em sociedade. O que vale para um vale para todos os pertencentes àquele grupo.

GABARITO: CERTO

---

76. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Analista Ministerial - 2018 - CESPE. A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

Certo

Errado

Comentários

Ética= origem do grego ethos, que significa caráter, modo de ser.

-É a reflexão filosófica da moral (caráter teórico).

-É permanente, pois é universal.

-É princípio.

-É a ciência que estuda a moral (diretamente relacionada à política e à filosofia).

x

Moral= vem do latim, mos ou mores, remete a costume.

-Tem caráter prático.

-É temporária, pois é cultural.

-Aspectos de conduta específicos.

-Relacionada com hábitos e costumes de determinados grupos sociais.

Fonte: Prof. Paulo Guimarães, Estratégia.

Obs: Não confundir a moral x o moral.

A moral é o conjunto das normas de conduta ou os princípios que regem os bons costumes de uma sociedade e que são convencionados como válidos. Por outro lado, a expressão o moral diz respeito ao ânimo, à disposição e ao estado de espírito das pessoas.

GABARITO: CERTO

---

77. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Técnico Ministerial - 2018 - CESPE. Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

O servidor público poderá abrir mão do elemento ético de sua conduta quando, no exercício de sua função, determinada situação exigir rapidez e celeridade.

Certo

Errado

Comentários

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4°, da Constituição Federal.

GABARITO: ERRADO

78. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Analista Ministerial - 2018 - CESPE. A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

O pretorianismo é considerado um fator que favorece a democracia, por garantir o exercício da cidadania.

Certo

Errado

Comentários

"Pretorianismo é um termo que faz referência à influência política de forma abusiva por parte do poder militar. Procede de pretoriano, soldado da Guarda Pretoriana, elite militar de grande influência que intervinha na eleição de imperadores romanos, proclamando uns e assassinando outros."

Parece estar longe de favorecer a democracia e garantir o exercício da cidadania...

GABARITO: ERRADO

79. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no disposto na legislação administrativa, julgue o item a seguir.

A punição prevista para servidor por desvio de conduta ética reconhecido por comissão de ética é a censura ética.

Certo

Errado

Comentários

XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

Não encontre de onde tiraram esse "Censura ÉTICA".

GABARITO: ERRADO

80. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Superior - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, que versam sobre o disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público e sobre gestão de pessoas e de processos no serviço público.

Conforme o Decreto n.º 1.171/1994, é vedado ao servidor público civil do Poder Executivo federal atrapalhar ou impedir o exercício regular de direito por qualquer pessoa.

Certo

Errado

Comentários

XV - E vedado ao servidor público;

d) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

Procrastinar: atrapalhar, prorrogar, adiar

GABARITO: CERTO

---

81. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

O servidor deve respeitar a hierarquia e não contrariar ordens de seu superior, ainda que estas estejam em desconformidade com os princípios norteadores da administração pública.

Certo

Errado

Comentários

São deveres fundamentais do servidor público:

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

GABARITO: ERRADO

---

82. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, a respeito da organização do Estado e da administração pública.

No serviço público, o princípio da moralidade refere-se ao elemento ético de conduta, o que exige do servidor, entre outros aspectos, decidir entre o conveniente e o inconveniente, enquanto o

princípio da eficiência exige o direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum.

Certo

Errado

Comentários

elemento ético:

1º - avalia se é honesto ou desonesto; (mais importante)

2º - conveniente ou inconveniente; oportuno ou inoportuno; legal ou ilegal; justo ou injusto;

Quem estuda pensa logo que ta errado, pois o principal é honesto ou desonesto. Porém a questão diz: "entre outros aspectos"

GABARITO: CERTO

---

83. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

A criação de comissão de ética com a finalidade de orientar o servidor é facultativa às entidades que exerçam atribuições delegadas pelo poder público.

Certo

Errado

Comentários

XVI - Em todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada Comissão de Ética.

GABARITO: ERRADO

---

84. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir. É vedado ao servidor público exercer atividade incompatível com o interesse público, ainda que tal atividade seja lícita.

Certo

Errado

Comentários

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

GABARITO: CERTO

---

85. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

É proibido ao servidor público utilizar de notícia obtida em razão do exercício de suas funções em proveito próprio ou de terceiros.

Certo

Errado

Comentários

XV - E vedado ao servidor público;

m) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

GABARITO: CERTO

---

86. IFF - Conhecimentos Gerais - 2018 - CESPE. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, pode caracterizar imprudência no desempenho da função pública o(a)

a) repetição de erros.

b) dano causado a qualquer bem pertencente ao patrimônio público.

c) omissão da verdade.

d) permissão de atraso na prestação do serviço.

e) retardamento na prestação de contas.

Comentários

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo

de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

GABARITO: A

87. IFF - Conhecimentos Gerais - 2018 - CESPE. Para apurar a prática de infração ética imputada a agente público, poderá(ão) suscitar a atuação da comissão de ética pública qualquer

I cidadão.

II estrangeiro em passagem pelo país.

III agente público.

IV associação de classe.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

Art. 11. Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CEP ou de Comissão de Ética, visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.

GABARITO: D

88. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

Apesar de a função pública ser tida como exercício profissional, ela não se integra à vida particular do indivíduo e, portanto, os atos praticados em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu conceito na vida funcional.

Certo

Errado

Comentários

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional

GABARITO: ERRADO

89. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

A comissão de ética de um órgão, caso todos os seus integrantes estejam de acordo, pode aplicar penas que vão desde a censura até a demissão de um servidor.

Certo

Errado

Comentários

XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

GABARITO: ERRADO

90. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

O servidor que alegar desconhecimento de alguma norma de serviço ou legislação inerente ao órgão em que atua contrariará os preceitos fundamentais de ética do setor público.

Certo

Errado

Comentários

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

GABARITO: CERTO

91. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

O uso do cargo ou função pública para obter favorecimento, desde que não haja prejuízo a outrem, não constitui afronta à ética e à moral do serviço público.

Certo

Errado

Comentários

XV - É vedado ao servidor público;

a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

GABARITO: ERRADO

92. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

A ausência injustificada de um servidor público ao seu local de trabalho constitui fator de desmoralização do serviço público.

Certo

Errado

Comentários

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

É até passar!

GABARITO: CERTO

93. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, relativo ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

É dever do servidor público respeitar a hierarquia, respeito esse que veda a ele representar contra comprometimentos da estrutura do poder estatal.

Certo

Errado

Comentários

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

GABARITO: ERRADO

94. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, relativo ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

Comissões de ética são obrigatórias para todos os órgãos da administração pública federal direta, sendo facultativas para entidades da administração indireta.

Certo

Errado

Comentários

XVI. Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, DEVERÁ SER CRIADA UMA COMISSÃO DE ÉTICA,...

GABARITO: ERRADO

95. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, relativo ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

É dever do servidor público facilitar a fiscalização de serviço público cuja prestação esteja sob sua responsabilidade.

Certo

Errado

Comentários

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

s) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

GABARITO: CERTO

96. STJ - Conhecimentos Básicos - 2018 - CESPE. Considerando os conceitos, princípios e valores da ética e da moral, bem como o disposto na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

A consciência moral deve nortear o comportamento do servidor público, que deve sempre apresentar conduta ética, ainda que receba ordem hierárquica superior que lhe imponha conduta imoral e antiética.

Certo

Errado

Comentários

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4°, da Constituição Federal.

XIV- SAO DEVERES FUNDAMENTAIS DO SERVIDOR PUBLICO:

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais ilegais ou aéticas e denunciá-las.

GABARITO: CERTO

---

97. STM - Técnico Judiciário - Área Administrativa - 2018 - CESPE. Acerca da ética e da moral e das disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União, julgue o seguinte item.

O relativismo moral opõe-se ao etnocentrismo, na medida em que reconhece que a pluralidade e a heterogeneidade das culturas influenciam as regras morais de cada grupo social.

Certo

Errado

Comentários

Etnocentrismo: Individuos ou grupos apresentam sua cultura como ponto de comparação, para esses sua cultura tem valores absolutos;

Relativismo Moral: Indivíduos ou grupos apresentam uma visão dualista. Por exemplo: Visão entre o bem e o mal, o que pode ser bem para determinado indivíduo pode ser mal para outro. (abater determinado animal pode ser visto pelos protetores dos animais como mal, ao passo que a necessidade nutricional ou vontade de cada um acaba por caracterizar sua prática, que do mesmo modo é visto por esse individuos consumidores como bem.);

Relativismo Cultural: Diversas culturas.

GABARITO: ERRADO

98. PC-MA - Escrivão de Polícia Civil - 2018 - CESPE. Julgue o item que se segue, a respeito das atitudes do servidor público no desempenho das suas funções.

I O fato de um servidor público deixar qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que ele exerça suas funções, acarretando atraso na prestação do serviço, caracteriza atitude contra a ética, mas não grave dano moral ao usuário dos serviços públicos.

II Tratar mal uma pessoa que paga seus próprios tributos significa, direta ou indiretamente, causar-lhe dano moral.

III Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios por parte do servidor público tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e podem caracterizar negligência no desempenho da função pública, mas não imprudência.

IV Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

Das Regras Deontológicas

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos. INCISO I

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade. Não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los. INCISO II

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.INCISO III

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.INCISO IV

GABARITO: C

99. PC-MA - Investigador de Polícia Civil - 2018 - CESPE. No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à

a) ética.

b) impessoalidade.

c) conveniência.

d) eficiência.

e) legalidade.

Comentários

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4°, da Constituição Federal.

GABARITO: A

100. PC-MA - Investigador de Polícia Civil - 2018 - CESPE. Do ponto de vista atitudinal, o servidor público, no desempenho das suas atribuições,

a) deve respeitar a hierarquia, tomando cuidado ao representar contra determinados comprometimentos indevidos da estrutura em que se funda o poder estatal.

b) poderá, usando a própria faculdade, exercer as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, desde que sua atuação tenha foco no objetivo no bem comum.

c) poderá exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, desde que sua atuação satisfaça interesse legítimo do destinatário da prestação de serviço.

d) deve comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato contrário ao interesse público e exigir as providências cabíveis.

e) deve escolher sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para a administração pública.

Comentários

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

Letra A: h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

Letra B: t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

Letra C: u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

Letra D: m)

Letra E: c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;

GABARITO: D

LISTA DE QUESTÕES

1. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. A ética é um ramo da filosofia que estuda a moral, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.**

Certo

Errado

2. **Depen – Agente – 2015 – Cespe. Ética e moral são termos que têm raízes históricas semelhantes e são considerados sinônimos, uma vez que ambos se referem a aspectos legais da conduta do cidadão.**

Certo

Errado

3. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. Moral pode ser definida como todo o sistema público de regras próprio de diferentes grupos sociais, que abrange normas e valores que são aceitos e praticados, como certos e errados.**

Certo

Errado

4. **Antaq – Analista Administrativo – 2014 – Cespe. A ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.**

Certo

Errado

5. **Suframa – Analista – 2014 – Cespe. Entre outros aspectos, a moral pessoal é formada pela cultura e tradição do grupo ao qual o indivíduo está inserido.**

Certo

Errado

6. **INPI – Analista – 2013 – Cespe. Ética é a parte da filosofia que estuda os fundamentos da moral e os princípios ideais da conduta humana.**

Certo

Errado

7. **ANEEL – Técnico – Área 2 – 2010 – Cespe. Importante característica da moral, o que a torna similar à lei, é o fato de ser absoluta e constituir um padrão para julgamento dos atos**

Certo

Errado

8. **ANEEL – Técnico – Área 1 – 2010 – Cespe. A ética tem como objetivo fundamental levar a modificações na moral, com aplicação universal, guiando e orientando racionalmente e do melhor modo a vida humana.**

Certo

Errado

9. **TRE-BA – Técnico Judiciário – 2010 – Cespe. Apesar de estritamente relacionadas, ética e moral não se confundem. No entanto, os princípios éticos pressupõem determinadas regras morais de comportamento.**

Certo

Errado

10. **AGU – Contador – 2010 – Cespe. Os conceitos e valores tradicionais da moral não são universais nem estabelecidos objetivamente, mas têm suas origens em um momento histórico e em uma cultura específicos, servindo a certos interesses que vão sendo esquecidos com o tempo.**

Certo

Errado

11. **Caixa Econômica Federal – Técnico Bancário – 2010 – Cespe (adaptada). Pessoas são caracterizadas, entre outras coisas, por suas virtudes e pelos seus vícios, sendo que ambos pressupõem valores que, se não forem traduzidos em ações, perdem seu sentido.**

Certo

Errado

12. **AGU – Agente Administrativo – 2010 – Cespe. A ética representa uma abordagem sobre as constantes morais, ou seja, refere-se àquele conjunto de valores e costumes mais ou menos permanente no tempo e no espaço.**

Certo

Errado

13. AGU – Agente Administrativo – 2010 – Cespe. A ética ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.

Certo

Errado

14. AGU – Contador – 2010 – Cespe. A ética tem por objetivo a determinação do que é certo ou errado, bom ou mau em relação às normas e valores adotados por uma sociedade.

Certo

Errado

15. Caixa Econômica Federal – Técnico Bancário – 2010 – Cespe. Acerca da relação entre ética e moral, assinale a opção correta.

a) A partir do estudo da ética, pode-se considerar uma visão utilitarista, em que a verdade de uma proposição consiste no fato de que ela é útil, tendo alguma espécie de êxito ou satisfação.

b) A ética reflexiva se dedica exclusivamente à reflexão sobre os deveres das pessoas contidos nos códigos específicos dos grupos sociais.

c) A ética é equivalente à moral porque ambos os preceitos investigam os princípios fundamentais do comportamento humano.

d) A ética é temporal, enquanto a moral é permanente.

e) A simples existência da moral significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discute, problematiza e interpreta o significado dos valores morais.

16. Depen – Especialista – 2015 – Cespe. Uma equipe que pretende ver seus colaboradores adquirindo novos valores éticos deve considerar que a aprendizagem formal deve dar-se por meio das relações humanas e não apenas pela chamada "natureza humana" preexistente.

Certo

Errado

17. Depen – Agente – 2015 – Cespe. A conduta ética do servidor deve basear-se não somente na legalidade, mas também em ações fundamentadas na dignidade, no decoro, na eficácia e na consciência dos princípios morais.

Certo

Errado

18. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. Ser honesto e verdadeiro e cumprir promessas são considerados princípios éticos.**

Certo

Errado

19. **MPU – Técnico – 2015 – Cespe. Decoro, por ser uma disposição interna para agir corretamente, não é passível, para o servidor público, de ser aprendido ao longo de sua carreira.**

Certo

Errado

20. **Polícia Federal – Agente – 2014 – Cespe. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral.**

Certo

Errado

21. **Antaq – Especialista – 2014 – Cespe. Os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário devem observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.**

Certo

Errado

22. **IBAMA – Analista Ambiental – 2013 – Cespe. Quando um servidor define fins, prioriza valores e delimita regras de conduta conforme sua concepção particular de bem, ele age em consonância com princípios da ética pública.**

Certo

Errado

23. **TJ-RR – Técnico de Nível Médio – 2012 – Cespe. Os dirigentes de organizações públicas que estabelecem regras claramente explicitadas, consistentes e que sejam imparcialmente executadas manifestam conduta ética baseada nos princípios de justiça, equidade e imparcialidade.**

Certo

Errado

24. **TJ-RR – Analista – 2012 – Cespe. Adota conduta ética, no exercício de seu cargo, o servidor público que preserva seus valores pessoais bem como os da organização onde atua.**

Certo

Errado

25. Anvisa – Técnico Administrativo – 2007 – Cespe. O servidor público jamais pode desprezar o elemento ético de sua conduta, embora, em algumas situações, tenha de decidir entre o que é legal e ilegal.

Certo

Errado

26. Caixa – Técnico Bancário – 2006 – Cespe. O servidor público não pode desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, o servidor público tem que decidir entre o legal e o ilegal, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, bem como entre o honesto e o desonesto.

Certo

Errado

27. STM - Técnico Judiciário - Área Administrativa – 2018 – CESPE. Acerca da ética e da moral e das disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União, julgue o seguinte item.

O relativismo moral opõe-se ao etnocentrismo, na medida em que reconhece que a pluralidade e a heterogeneidade das culturas influenciam as regras morais de cada grupo social.

Certo

Errado

28. PC-MA - Escrivão de Polícia – 2018 – CESPE. No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à

a) ética.

b) impessoalidade.

c) conveniência.

d) eficiência.

e) legalidade.

29. PGDF – Técnico Judiciário – 2011 – IADES. Assinale a alternativa que estabelece corretamente as características de moral.

a) A moral resulta do conjunto de leis, costumes e tradições de uma sociedade e é subordinada a ética comportamental definida em regras constitucionais.

b) Entende-se por moral, um conjunto de regras consideradas válidas para uma maioria absoluta, que valem-se dela para impor conduta ética aos demais cidadãos.

c) A moral é mutável e varia de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. Ela norteia os valores éticos na Administração Pública.

d) A moral é mais flexível do que a lei, por variar de indivíduo para indivíduo, e afeta diretamente a prestação dos serviços públicos por criar condições para uma ética flexível no atendimento às necessidades básicas da população.

e) A ética confunde-se com a moral como um dos parâmetros para a avaliação do grau de desenvolvimento de determinada sociedade e, consequente, padronização da prestação dos serviços públicos comunitários.

30. Correios – Atendente Comercial – 2008 – Consulplan. Em seu sentido mais amplo, a ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes. Portanto, neste sentido, a ética envolve:

a) Estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens.

b) A consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas.

c) Obrigação de ser humano como único mal em seu agir.

d) Realização fundamental em situação específica.

e) As alternativas A e B estão corretas.

31. Nossa Caixa Desenvolvimento – Contador – 2011 – FCC. A respeito dos conceitos de ética, moral e virtude, é correto afirmar:

a) A vida ética realiza-se no modo de viver daqueles indivíduos que não mantêm relações interpessoais.

b) Etimologicamente, a palavra moral deriva do grego mos e significa comportamento, modo de ser, caráter.

c) Virtude deriva do latim virtus, que significa uma qualidade própria da natureza humana; significa, de modo geral, praticar o bem usando a liberdade com responsabilidade constantemente.

d) A moral é influenciada por vários fatores como, sociais e históricos; todavia, não há diferença entre os conceitos morais de um grupo para outro.

e) Compete à moral chegar, por meio de investigações científicas, à explicação de determinadas realidades sociais, ou seja, ela investiga o sentido que o homem dá a suas ações para ser verdadeiramente feliz.

32. SEGEP-MA - Agente Penitenciário – 2016 – FUNCAB. A Moral:

a) no sentido prático, tem finalidade divergente da ética, mas ambas são responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem.

b) determina o caráter da sociedade e valores como altruísmo e virtudes, ensina a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade, e capacita o ser humano a competir com os antiéticos, utilizando os mesmos meios destes.

c) diferencia-se da ética no sentido de que esta tende a julgar o comportamento moral de cada indivíduo no seu meio. No entanto, ambas buscam o bem-estar social.

d) é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano, usadas eventualmente por cada cidadão, que orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.

e) é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica.

33. SEGEP-MA - Agente Penitenciário – 2016 – FUNCAB. Em relação à ética, é correto afirmar, EXCETO que:

a) é construída por uma sociedade com base nos valores econômicos, financeiros e históricos.

b) serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado.

c) embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social.

d) é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade.

e) do ponto de vista da Filosofia, é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.

34. Prefeitura de Belo Horizonte-MG – Assistente Administrativo – 2015 – FUMARC. Acerca da ética na Administração Pública, é correto afirmar, EXCETO:

a) A falta de ética e a corrupção existem em grande escala e os meios convencionais de repressão legal na maior parte do mundo têm apresentado resultados insatisfatórios.

b) A falta de ética não compromete a capacidade de governança, pois não representa risco à sobrevivência das organizações públicas e privadas.

c) A gestão da ética transita em uma trilha bem definida na qual se encontram valores éticos, regras de conduta e administração.

d) As ações de promoção da ética tendem a ser vistas, em boa parte, como ações direcionadas a organizações corruptas e indivíduos sem ética.

35. SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias – 2015 – Universa. A Constituição brasileira define com clareza os princípios éticos que devem balizar a administração pública em todos os níveis: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Certo

Errado

36. SAPeJUS-GO – Agente de Segurança Prisional – 2015 – Universa.Com relação às obrigações éticas do servidor público, assinale a alternativa incorreta.

a) Os servidores públicos deverão tratar seus concidadãos com urbanidade, cordialidade e educação.

b) Os servidores públicos deverão satisfazer suas obrigações perante os cidadãos de boa-fé.

c) Os servidores públicos não podem incidir em conflitos de interesse que afetem o desempenho de sua função

d) Os mandamentos da ética e do direito não se confundem. A única diferença entre eles consiste na coercibilidade. Logo, os servidores públicos vinculam-se às leis, não podendo ser responsabilizados por condutas imorais que não lhes sejam expressamente vedadas.

e) Os servidores públicos estão eticamente obrigados a guardar sigilo de informações obtidas por meio da função, não lhes sendo permitido utilizar dessas informações para seu próprio interesse.

37. MDIC – Analista Técnico Administrativo – 2009 – Funrio. O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim terá que decidir principalmente entre

a) o oportuno e o inoportuno.

b) o conveniente e o inconveniente.

c) o justo e o injusto.

d) o ilegal e o legal.

e) o honesto e o desonesto.

38. MTur – Agente Administrativo – 2010 – Universa (adaptada). Se um servidor houver de avaliar a prática de ato inerente à sua função e verificar que se trata de ato legal e oportuno, saberá que, automaticamente, terá sido atendido o elemento ético do ato.

Certo

Errado

39. MTur – Agente Administrativo – 2010 – Universa (adaptada). Para que um ato atenda aos princípios éticos, não basta levar em conta o aspecto da economicidade.

Certo

Errado

40. CGU – Analista de Finanças e Controle – 2006 – ESAF. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n. 1.171, de 22.6.1994 "o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4o, da Constituição Federal". Esse enunciado expressa

a) o princípio da legalidade na Administração Pública.

b) a regra da discricionariedade dos atos administrativos.

c) a impossibilidade de um ato administrativo, praticado de acordo com a lei, ser impugnado sob o aspecto da moralidade.

d) um valor ético destinado a orientar a prática dos atos administrativos.

e) que todo ato legal é também justo.

41. PROVA: CPCON - 2019 - CÂMARA DE CAMPINA GRANDE - PB - AGENTE LEGISLATIVO

A ética pode ser compreendida como a teoria do comportamento moral dos homens em sociedade. Em relação à implementação da ética nas organizações, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O código de ética, apesar de não ter como objetivo disciplinar a conduta do empregado, constitui um instrumento de punição rápida às transgressões de conduta.

(B) O discurso da ética é incentivado por gestores que concordam que este valor deve nortear todas as condutas independente da posição hierárquica ocupada na organização.

(C) O código de ética é um instrumento informal que delineia a cultura, a política, os valores organizacionais e orienta o comportamento corporativo.

(D) O código de ética surge nas organizações com o objetivo de disciplinar a conduta do empregado, mas não constitui um instrumento de punição às transgressões de conduta.

(E) A eficiência do código de ética depende do comprometimento dos dirigentes quanto aos valores nele expressos, mas nem todos os empregados devem participar do processo de elaboração.

42. PROVA: IF-GO - 2019 - IF GOIANO – ADMINISTRADOR. O comportamento ético segue os princípios daquilo que é certo ou errado. Assim, sabotar equipamentos e mentir sobre número de horas trabalhadas são exemplos de desvio de

(A) conduta relacionada à produção.

(B) propriedade.

(C) conduta de natureza política.

(D) manipulação.

43. PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Callie Smartt, aluna do primeiro ano do ensino médio, era popular na escola e participava da torcida organizada da Andrews High School, no oeste do Texas. O fato de ter paralisia cerebral e usar uma cadeira de rodas não diminuía o entusiasmo que inspirava nos jogadores e fãs de futebol americano, com sua presença sempre animada à beira do campo nos jogos do time de juniores da escola.

No final da temporada, no entanto, Callie foi expulsa da torcida organizada. Pressionada por outras meninas da torcida e pelos pais dessas jovens, a diretoria da escola disse a Callie que se ela quisesse participar no ano seguinte teria de treinar como todas as demais e se submeter à rigorosa rotina de exercícios físicos, incluindo splits e acrobacias. O pai da líder da torcida comandou o movimento contra a permanência de Callie, alegando preocupação com a segurança dela. Mas a mãe de Callie achou que tudo era fruto da inveja dos aplausos que Callie sempre recebia.

A história de Callie levanta a questão de equidade. Ela deveria ter de fazer ginástica para participar da torcida organizada ou esse requisito seria injusto considerando sua deficiência? Uma forma de se responder a essa pergunta seria invocar o princípio da não discriminação: desde que desempenhasse bem seu papel, Callie não deveria ser excluída da torcida apenas por não ter, embora não fosse culpa sua, capacidade física para desenvolver os movimentos acrobáticos.

Michael J. Sandel (tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo). Justiça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item respeito de ética, princípios, valores e moral.

Não há diferenciação entre moral e ética, a ética filosófica está contida na ação, é normativa, traduz os costumes e a repetição de atos ao longo do tempo.

Certo

Errado

44. **PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Existem legislações de conteúdo ético que procuram reproduzir a moral e os princípios coletivamente desejados, impondo-os àqueles que não escolherem, voluntariamente, agir eticamente.**

Certo

Errado

45. **PROVA: QUADRIX – 2019 – CREF – 20ª REGIÃO (SE) – AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Não caberia a um profissional de educação física questionar ou buscar solução para a participação de Callie na torcida organizada, uma vez que, na análise ética, não há ponderação da ação, da intenção e das circunstâncias.**

Certo

Errado

46. **PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Não é possível utilizar a ética e a moral na situação descrita no texto, pois elas devem ser observadas e perseguidas em situações de igualdade, e não de desigualdade.**

Certo

Errado

47. **PROVA: QUADRIX - 2019 - CREF - 20ª REGIÃO (SE) - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. A ética possibilita ao homem critérios para a escolha da melhor conduta. Assim, ela seria essencial para a decisão a ser tomada no caso descrito no texto acima.**

Certo

Errado

48. PROVA: FADESP - 2019 - DETRAN-PA - AGENTE DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO. Práticas de negócios éticos ou antiéticos costumam refletir os valores, as atitudes, as crenças e os comportamentos padrão da cultura organizacional. Portanto, pode-se dizer que

(A) a ética é exatamente a mesma coisa que moral, pois é a ética que cria a moral e vice-versa.

(B) os problemas éticos caracterizam-se pela sua especificidade em situações concretas.

(C) a moral estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam obrigatório e valioso.

(D) a ética deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real e efetivo do comportamento humano.

(E) uma decisão eticamente correta não é a que melhor assegura os direitos das pessoas por ela afetadas.

49. PROVA: CETREDE - 2019 - PREFEITURA DE ACARAÚ - CE - AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Analise as afirmativas a seguir sobre a ética no serviço público.

I. Ser honesto, respeitar o outro, ser justo e cordial com as pessoas é dever fundamental do servidor público.

II. Os servidores públicos não podem se distanciar dos padrões de ética e de eficiência exigidos pela sociedade e pela instituição em que desenvolve seu trabalho.

III. Evitar estabelecer relações cordiais e de confiança com seus colegas de trabalho é fundamental para que possa se destacar e evitar brigas no local de trabalho.

IV. Mostrar-se indiferente à conversa com seus colegas de trabalho para que possa estabelecer um ambiente agradável e de confiança.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

(A) I – III – IV.

(B) II – III.

(C) I – IV.

(D) II – III – IV.

(E) I – II.

50. PROVA: INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB – ADMINISTRADOR. Para ingressar como servidor público, o candidato precisa passar por uma série de testes. Ao ingressar na carreira, o servidor também se submete a um conjunto de regras que visa analisar a sua aptidão ao exercício da função. Referente aos valores fundamentais ao exercício dessa carreira, assinale a alternativa correta.

(A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público.

(B) A moralidade da Administração Pública limita-se à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem do servidor público.

(C) A função pública deve ser tida como exercício voluntário e, portanto, não deveria se integrar à vida financeira particular de cada servidor público.

(D) O servidor poderá omitir ou falsear os fatos, desde que beneficie os interesses da Administração Pública ou empresas equiparadas.

(E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens, respeitando a autonomia da vontade, princípio fundamental da Administração Pública.

51. PROVA: INSTITUTO PRÓ-MUNICÍPIO - 2019 - CRP - 11ª REGIÃO (CE) – PSICÓLOGO. Acerca da Ética e a moral no Serviço Público, marque a opção correta:

(A) O Servidor Público não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta, tendo que decidir somente entre o legal e o ilegal;

(B) Para a moralidade da Administração Pública, o fim é sempre o bem comum;

(C) O Servidor Público que deixa qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, causa um ato de desconforto, mas não é considerado pela lei grave dano moral aos usuários dos serviços públicos;

(D) O Servidor Público tem que observar as regras quanto as vestimentas no local de trabalho, contudo é um direito do Servidor se apresentar de forma adequada ao exercício de sua função.

52. PROVA: QUADRIX - 2019 - CRA-PR - AUXILIAR ADMINISTRATIVO. A respeito da organização interna das organizações e de seu relacionamento com o público externo, julgue o item:

A ética estuda o comportamento das organizações, visando a estabelecer práticas corretas para atingir os objetivos.

Certo

Errado

53. PROVA: QUADRIX - 2019 - CRESS - SC - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JR. Acerca da ética no serviço público, julgue o item.

A ética é um ramo da filosofia que busca o constante questionamento, é especulativa e propicia a quebra de paradigmas e a evolução do pensamento.

Certo

Errado

54. PROVA: QUADRIX - 2019 - CRESS - SC - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JR. Acerca da ética no serviço público, julgue o item.

Existem diferenças entre os conceitos morais de um grupo e de outro, sendo a moral influenciada por fatores sociais

Certo

Errado

55. Prova: FADESP - 2019 - DETRAN-PA - Agente de Fiscalização de Trânsito. Ética e moral, embora sejam noções distintas, se relacionam. Cada uma cumpre função específica. Sobre a moral é correto dizer que

(A) não deve cumprir, não pode cumprir e não cumpre uma função social.

(B) decorre exclusivamente de atitudes exteriores e que são tipicamente atemporais.

(C) produz decisões de cunho amoral que não são assumidas por uma convicção interior.

(D) reflete sobre os atos imorais, pois são eles que exigem decisão livre e consciente.

(E) coloca sempre em ação os indivíduos como tais.

56. PROVA: IF-MS - 2019 - IF-MS – ADMINISTRADOR. A maior garantia de uma conduta ética é a formação moral da pessoa e o nível atingido por um processo que leve a essa formação. Conforme o modelo elaborado por Lawrence Kohlberg, existem três níveis de desenvolvimento moral que influenciam a pessoa na sua capacidade de traduzir princípios e valores em comportamentos, sendo eles: o pré-convencional, o convencional e o pós-convencional. Assinale a alternativa que corresponde a uma característica do nível convencional.

(A) O indivíduo acredita que o certo é determinado por princípios éticos de caráter universal.

(B) O indivíduo age apenas por algum interesse pessoal imediato.

(C) O indivíduo exibe comportamento ético apenas para evitar punições imediatas.

(D) O indivíduo respeita os princípios éticos mesmo que tenha de violar uma lei positiva.

(E) O indivíduo aprende a se conformar com as expectativas de bom comportamento que outros, como seus colegas, superiores e a sociedade, demonstram.

57. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Segundo Aristóteles, é preciso identificar entre as ações e as paixões as que sejam voluntárias, ou seja, aquelas que dependem da vontade, a fim de se reconhecer seu aspecto ético.

Certo

Errado

58. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Segundo Aristóteles, a prodigalidade e a mesquinhez correspondem a vícios, marcados pelo excesso e pela falta respectivamente, ao passo que a generosidade corresponde a uma virtude a ser buscada voluntariamente para se encontrar a mediania.

Certo

Errado

59. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Considerando-se as premissas de Aristóteles, é correto inferir que o exercício ético de uma função pública exige que todas as ações do agente público sejam usadas pela razão, vinculada à vontade de agir com virtude.

Certo

Errado

60. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. O indivíduo pródigo do modelo aristotélico deve servir de modelo para a ação ética no serviço público, haja vista ser ele, ao contrário do mesquinho, exemplo de generosidade.

Certo

Errado

61. MPU – Técnico – 2018 – CESPE. Servidores públicos são orientados a agir de forma involuntária no exercício de suas funções, porque estão subordinados ao conjunto das leis e normas que regulam as funções públicas; portanto, suas ações, especialmente as que sejam relativas ao uso de recursos públicos, não podem ser pautadas nos princípios da ética aristotélica.

Certo

Errado

62. **MPU – Analista – 2018 – CESPE. Constatar a dificuldade em ser bom é uma questão ética que constitui uma condição para que as pessoas recorram ao juiz, pois a natureza de seu trabalho é a bondade.**

Certo

Errado

63. **MPU – Analista – 2018 – CESPE. Depreende-se do texto que a decisão do juiz, apesar de ética, não necessariamente representa o justo para os litigantes, pois um terá de perder e o outro, ganhar, para que a justiça corretiva aconteça.**

Certo

Errado

64. **MPU – Analista – 2018 – CESPE. Com o objetivo de promover os valores éticos para o bem da sociedade, a fórmula aristotélica da mediania propõe a rigorosa punição dos vícios pelos agentes públicos, simbolizados no texto pela profissão de juiz.**

Certo

Errado

65. **MPU – Analista – 2018 – CESPE. Conforme a ética aristotélica, o meio-termo deve ser buscado por todas as pessoas como principal caminho para uma vida virtuosa, tanto nas ações como nas paixões humanas, a fim de se equilibrarem os vícios, tanto os decorrentes do excesso como aqueles que resultam da falta.**

Certo

Errado

66. **MPU – Analista – 2018 – CESPE. Aristóteles vincula a justiça à natureza do trabalho de juiz, cuja atuação deve ser ética e corresponder ao exercício da própria noção de justiça.**

Certo

Errado

67. SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário - 2018 - CESPE. Determinado servidor público, apesar de devidamente capacitado por sua chefia imediata, tem cometido repetidos erros na execução de suas tarefas, demonstrando uma conduta de difícil correção.

Sob o ponto de vista da ética no serviço público, é correto associar o desempenho insatisfatório desse servidor a

a) imprudência.

b) imperícia.

c) esonestidade.

d) desvio de finalidade.

e) ato atentatório à dignidade.

68. SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário - 2018 - CESPE. Servidor público que, no exercício do cargo, tratar mal um contribuinte, sob o ponto de vista das regras atinentes à ética no serviço público, praticará

a) ato ilegal.

b) ato injusto.

c) ato gerador de dano moral.

d) conduta de má-fé.

e) conduta atentatória à cidadania.

69. SEFAZ-RS – Assistente Administrativo Fazendário – 2018 – CESPE. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual, ser solidário com prática realizada por outro servidor público ou por terceiro que caracterize ilícito, ou simplesmente que venha a causar prejuízo à administração e à eficiência do serviço público, poderá acarretar ao servidor

a) sanções disciplinares e atrair a sua responsabilidade civil, sendo afastada a seara penal.

b) responsabilidade administrativa, sendo afastadas as searas penal e civil, posto que solidariedade não se confunde com coautoria.

c) a demissão, se houver condenação judicial transitada em julgado do terceiro que praticou o ato ilícito.

d) sanções disciplinares, bem como a apuração de sua responsabilidade civil, penal e administrativa.

e) sanções disciplinares, bem como a apuração de sua responsabilidade penal desde que haja a condenação do terceiro que praticou o ato ilícito.

70. SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário - 2018 - CESPE. Julgue os itens a seguir, com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual.

I A finalidade do referido Código é reconhecer os deveres éticos inerentes ao desempenho das atribuições dos servidores, que serão avaliados por deliberação da Comissão de Ética Pública.

II Pelo princípio da solidariedade, é permitido ao servidor, em situação excepcional, colaborar para que outro servidor impeça que um usuário de serviços públicos exerça regularmente seus direitos.

III É vedado ao servidor retirar, em qualquer hipótese, bens e documentos públicos do seu local de origem.

IV No exercício do cargo público, o servidor deve pautar-se nos deveres de respeito à dignidade, ao decoro, à moralidade, à probidade e à transparência.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) II, III e IV.

71. MPU - Analista do MPU - Direito - 2018 - CESPE. No que se refere à ética no serviço público, julgue o item seguinte, à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público).

Uma das regras deontológicas que regem a conduta dos servidores públicos federais é o espírito de solidariedade, conforme o qual se espera que o servidor seja complacente em caso de erro ou infração, pois a superação de falhas representa uma oportunidade para o engrandecimento profissional dos servidores públicos.

Certo

Errado

72. MPU - Analista do MPU - Direito - 2018 - CESPE. No que se refere à ética no serviço público, julgue o item seguinte, à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público).

Não descumpre o dever de respeito à hierarquia o servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas.

Certo

Errado

73. MPU - Técnico do MPU - Administração - 2018 - CESPE.

No que se refere a ética no serviço público, julgue o próximo item, com base no Decreto n.º 1.171/1994 — Código de Ética Profissional do Serviço Público.

Constitui dever fundamental do servidor público abster-se de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observadas as formalidades legais.

Certo

Errado

74. MPE-PI - Conhecimentos Básicos – Analista Ministerial - 2018 - CESPE.

A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Além de demandar a obediência a valores e normas de conduta, a solução dos problemas éticos na administração pública requer um padrão transparente e previsível de procedimentos.

Certo

Errado

75. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Técnico Ministerial - 2018 - CESPE.

Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

As ações éticas são aquelas realizadas racionalmente pelo ser humano em busca do bem, à luz de princípios morais, e que podem enunciar normas do dever ser de determinados grupos sociais em seus diferentes contextos, para atingir fins morais.

Certo

Errado

76. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Analista Ministerial - 2018 - CESPE. A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

Certo

Errado

77. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Técnico Ministerial - 2018 - CESPE. Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

O servidor público poderá abrir mão do elemento ético de sua conduta quando, no exercício de sua função, determinada situação exigir rapidez e celeridade.

Certo

Errado

78. MPE-PI - Conhecimentos Básicos - Analista Ministerial - 2018 - CESPE. A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

O pretorianismo é considerado um fator que favorece a democracia, por garantir o exercício da cidadania.

Certo

Errado

79. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no disposto na legislação administrativa, julgue o item a seguir.

A punição prevista para servidor por desvio de conduta ética reconhecido por comissão de ética é a censura ética.

Certo

Errado

80. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Superior - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, que versam sobre o disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público e sobre gestão de pessoas e de processos no serviço público.

Conforme o Decreto n.º 1.171/1994, é vedado ao servidor público civil do Poder Executivo federal atrapalhar ou impedir o exercício regular de direito por qualquer pessoa.

Certo

Errado

81. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

O servidor deve respeitar a hierarquia e não contrariar ordens de seu superior, ainda que estas estejam em desconformidade com os princípios norteadores da administração pública.

Certo

Errado

82. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, a respeito da organização do Estado e da administração pública.

No serviço público, o princípio da moralidade refere-se ao elemento ético de conduta, o que exige do servidor, entre outros aspectos, decidir entre o conveniente e o inconveniente, enquanto o princípio da eficiência exige o direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum.

Certo

Errado

83. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

A criação de comissão de ética com a finalidade de orientar o servidor é facultativa às entidades que exerçam atribuições delegadas pelo poder público.

Certo

Errado

84. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir. É vedado ao servidor público exercer atividade incompatível com o interesse público, ainda que tal atividade seja lícita.

Certo

Errado

85. IPHAN - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio - 2018 - CESPE. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

É proibido ao servidor público utilizar de notícia obtida em razão do exercício de suas funções em proveito próprio ou de terceiros.

Certo

Errado

86. IFF - Conhecimentos Gerais - 2018 - CESPE. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, pode caracterizar imprudência no desempenho da função pública o(a)

a) repetição de erros.

b) dano causado a qualquer bem pertencente ao patrimônio público.

c) omissão da verdade.

d) permissão de atraso na prestação do serviço.

e) retardamento na prestação de contas.

87. IFF - Conhecimentos Gerais - 2018 - CESPE. Para apurar a prática de infração ética imputada a agente público, poderá(ão) suscitar a atuação da comissão de ética pública qualquer

I cidadão.

II estrangeiro em passagem pelo país.

III agente público.

IV associação de classe.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

88. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

Apesar de a função pública ser tida como exercício profissional, ela não se integra à vida particular do indivíduo e, portanto, os atos praticados em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu conceito na vida funcional.

Certo

Errado

89. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

A comissão de ética de um órgão, caso todos os seus integrantes estejam de acordo, pode aplicar penas que vão desde a censura até a demissão de um servidor.

Certo

Errado

90. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

O servidor que alegar desconhecimento de alguma norma de serviço ou legislação inerente ao órgão em que atua contrariará os preceitos fundamentais de ética do setor público.

Certo

Errado

91. EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.

O uso do cargo ou função pública para obter favorecimento, desde que não haja prejuízo a outrem, não constitui afronta à ética e à moral do serviço público.

Certo

Errado

92. **EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o seguinte item, a respeito da ética no serviço público.**

A ausência injustificada de um servidor público ao seu local de trabalho constitui fator de desmoralização do serviço público.

Certo

Errado

93. **EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, relativo ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.**

É dever do servidor público respeitar a hierarquia, respeito esse que veda a ele representar contra comprometimentos da estrutura do poder estatal.

Certo

Errado

94. **EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, relativo ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.**

Comissões de ética são obrigatórias para todos os órgãos da administração pública federal direta, sendo facultativas para entidades da administração indireta.

Certo

Errado

95. **EBSERH - Assistente Administrativo - 2018 - CESPE. Julgue o item seguinte, relativo ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.**

É dever do servidor público facilitar a fiscalização de serviço público cuja prestação esteja sob sua responsabilidade.

Certo

Errado

96. **STJ - Conhecimentos Básicos - 2018 - CESPE. Considerando os conceitos, princípios e valores da ética e da moral, bem como o disposto na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.**

A consciência moral deve nortear o comportamento do servidor público, que deve sempre apresentar conduta ética, ainda que receba ordem hierárquica superior que lhe imponha conduta imoral e antiética.

Certo

Errado

97. STM - Técnico Judiciário - Área Administrativa - 2018 - CESPE. Acerca da ética e da moral e das disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União, julgue o seguinte item.

O relativismo moral opõe-se ao etnocentrismo, na medida em que reconhece que a pluralidade e a heterogeneidade das culturas influenciam as regras morais de cada grupo social.

Certo

Errado

98. PC-MA - Escrivão de Polícia Civil - 2018 - CESPE. Julgue o item que se segue, a respeito das atitudes do servidor público no desempenho das suas funções.

I O fato de um servidor público deixar qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que ele exerça suas funções, acarretando atraso na prestação do serviço, caracteriza atitude contra a ética, mas não grave dano moral ao usuário dos serviços públicos.

II Tratar mal uma pessoa que paga seus próprios tributos significa, direta ou indiretamente, causar-lhe dano moral.

III Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios por parte do servidor público tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e podem caracterizar negligência no desempenho da função pública, mas não imprudência.

IV Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

99. PC-MA - Investigador de Polícia Civil - 2018 - CESPE. No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à

a) ética.

b) impessoalidade.

c) conveniência.

d) eficiência.

e) legalidade.

100. PC-MA - Investigador de Polícia Civil - 2018 - CESPE. Do ponto de vista atitudinal, o servidor público, no desempenho das suas atribuições,

a) deve respeitar a hierarquia, tomando cuidado ao representar contra determinados comprometimentos indevidos da estrutura em que se funda o poder estatal.

b) poderá, usando a própria faculdade, exercer as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, desde que sua atuação tenha foco no objetivo no bem comum.

c) poderá exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, desde que sua atuação satisfaça interesse legítimo do destinatário da prestação de serviço.

d) deve comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato contrário ao interesse público e exigir as providências cabíveis.

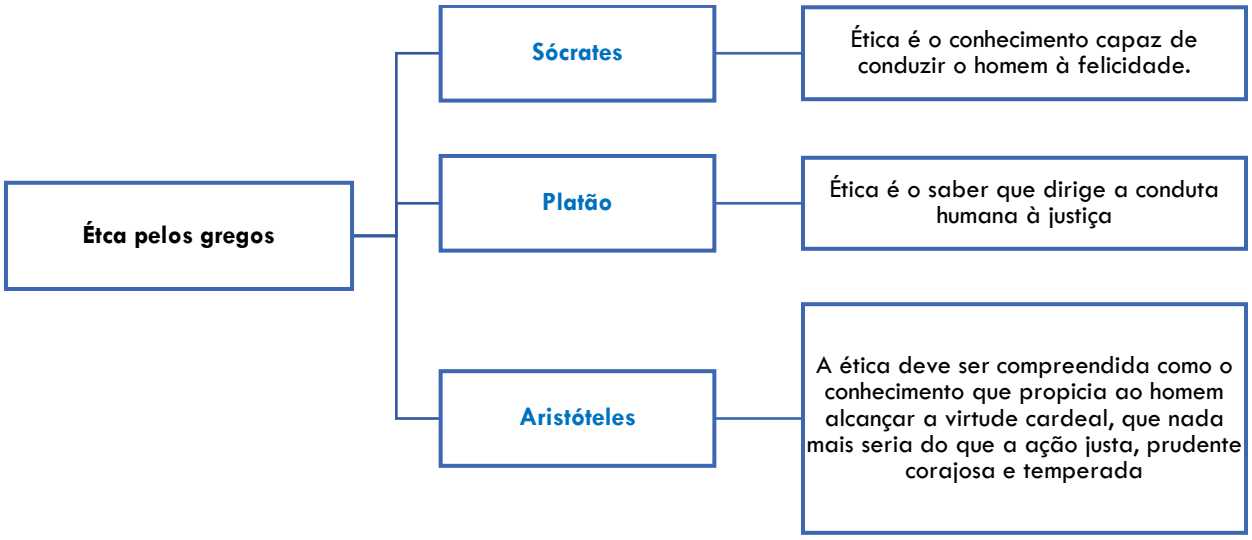
e) deve escolher sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para a administração pública.

GABARITO



1. CERTO
2. ERRADO
3. CERTO
4. CERTO
5. CERTO
6. CERTO
7. ERRADO
8. CERTO
9. ERRADO
10. CERTO
11. CERTO
12. CERTO
13. ERRADO
14. ERRADO
15. A
16. CERTO
17. CERTO
18. CERTO
19. ERRADO
20. CERTO
21. CERTO
22. ERRADO
23. CERTO
24. CERTO
25. CERTO
26. CERTO
27. ERRADO
28. A
29. C
30. E
31. C
32. C
33. A
34. B
35. CERTO
36. D
37. E
38. ERRADO
39. CERTO
40. D
41. B
42. B
43. ERRADO
44. CERTO
45. ERRADO
46. ERRADO
47. CERTO
48. D
49. E
50. A
51. B
52. ERRADO
53. CERTO
54. CERTO
55. E
56. E
57. CERTO
58. CERTO
59. CERTO
60. ERRADO
61. ERRADO
62. ERRADO
63. ERRADO
64. ERRADO
65. CERTO
66. CERTO
67. A
68. C
69. D
70. B
71. ERRADO
72. CERTO
73. CERTO
74. CERTO
75. CERTO
76. CERTO
77. ERRADO
78. ERRADO
79. ERRRADO
80. CERTO
81. ERRADO
82. CERTO
83. ERRADO
84. CERTO
85. CERTO
86. A
87. D
88. ERRADO
89. ERRADO
90. CERTO
91. ERRADO
92. CERTO
93. ERRADO
94. ERRADO
95. CERTO
96. CERTO
97. ERRADO
98. C
99. A
100. D

RESUMO



Ética e **moral** dizem respeito a uma realidade humana construída histórica e socialmente por meio das relações coletivas dos seres humanos enquanto sociedade.

ADAM SMITH

- Os princípios morais resultam das experiências históricas. A Revolução Industrial, por exemplo, foi determinada por paixões sensíveis particulares (apetite sexual, raiva, inveja, simpatia), amor próprio, egoísmo, benevolência, que se relaciona à inclinação direcionada para o social e a consciência, ou razão, que orienta as considerações racionais. As regras estabelecidas pela sociedade passaram a ser aplicadas na medida em que se tornaram eficientes e úteis.

DAVID HUME

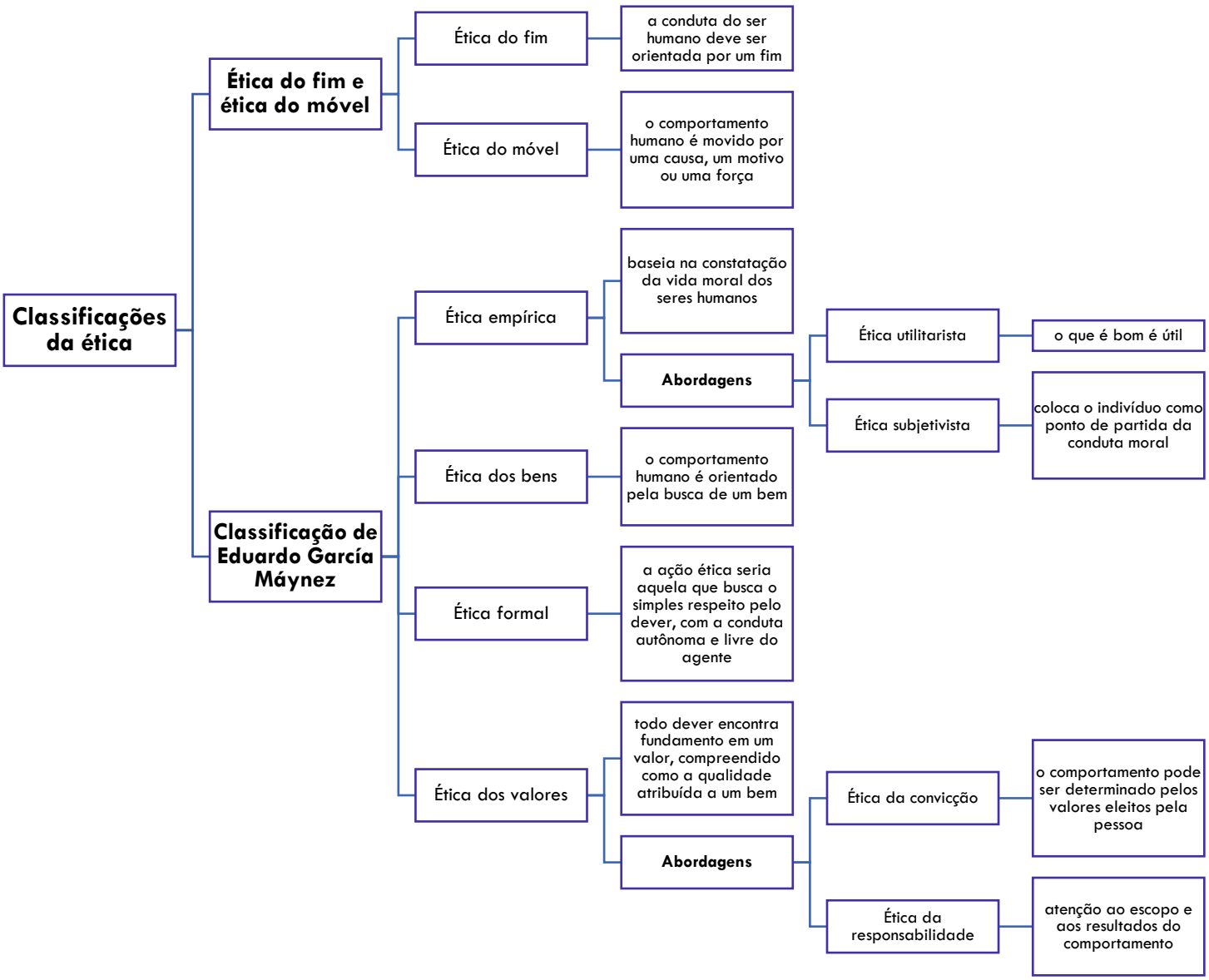
- A moral passou a ser observada de forma empírica. Ele demonstrou que a moral está intimamente ligada à paixão e não à razão, diferentemente do que diziam os pensadores da época. Não havia um bem superior pelo qual a humanidade se pautasse. Para Hume, o impulso básico para as ações humanas era obter prazer e impedir a dor. No que concerne à moral, o filósofo defende que a experiência empírica promove o entendimento humano. O desejo sugere impressão, ideia e, portanto, é provocada pela necessidade.

IMMANUEL KANT

- A razão deve ser encarada como base da moral. Partindo do princípio de identidade, o comportamento humano está relacionado com a identificação no outro, ou seja, a ação das pessoas influencia o comportamento individual. Ética e moral são os mais importantes valores do homem livre.

Ética	*ethos* (grego): caráter, modo de ser
	disciplina filosófica (parte da filosofia)
	os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana
	ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade
	teórica, universal (geral), especulativa, investigativa
	fornece os critérios para eleição da melhor conduta
	direitos humanos como critério ético do agir
	dignidade humana como núcleo irradiador dos direitos humanos e, pois, do agir ético9
Moral	*mos* (latim, plural *mores*): costume
	regulação (normatização comportamentos considerados como adequados a determinado grupo social
	prática (pragmática), particular
	dependência espaço-temporal (relativa): caráter histórico e social

Problemas morais-práticos se apresentam na esfera individual, exigindo a adoção de uma ou outra conduta. **Problemas ético-teóricos**, porém, são marcados pela generalidade, consistindo em definições abstratas acerca das condutas.

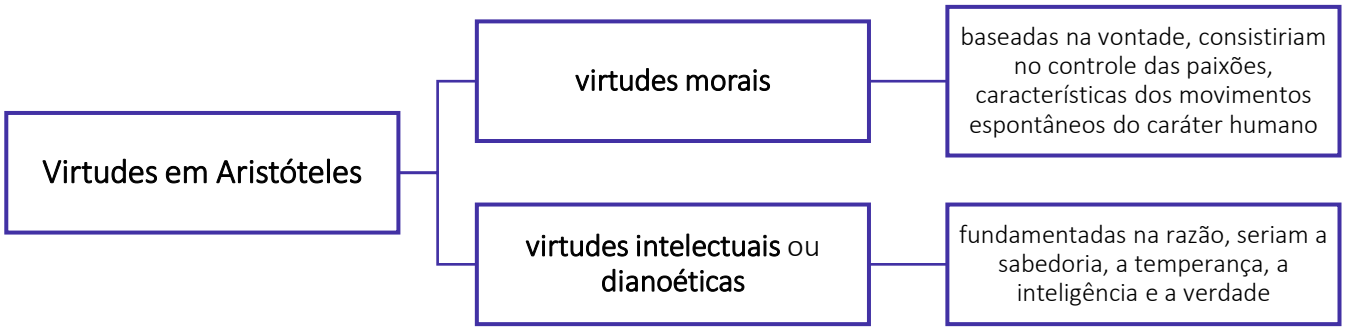


O **valor** não é propriedade dos objetos em si, mas propriedade adquirida graças à sua relação com o homem como ser social. Mas, por sua vez, os objetos podem ter valor somente quando realmente dotados de certas propriedades objetivas. No campo ético, valores são objetos da escolha moral, surgindo como parte da noção humana de **perfeição**.

GENEROSIDADE

AVAREZA ⟷ **PRODIGALIDADE**

A mediania aristotélica consiste na noção de que a virtude deve ser encontrada no comportamento equilibrado, enquanto o vício estaria nos extremos.



A **Ética** é um ramo da Filosofia, uma ciência, que tem por objeto o estudo da **Moral**. Esta, por sua vez, está relacionada às ideias de certo e errado, ou à forma como as pessoas adotam determinadas condutas.

Os **valores** são manifestações de um ideal voltado para a perfeição, a exemplo dos valores da honestidade, da virtude, da solidariedade e do altruísmo.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de março de 1994, decidiu a Comissão Especial criada pelo Decreto n° 1.001, de 6 de dezembro de 1993, constituir um grupo de trabalho com o fim específico de elaborar proposta de um Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, tendo sido designado para sua coordenação o Professor Modesto Carvalhosa, Membro da Comissão Especial e Presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo.

Ato contínuo, contando com a inestimável colaboração do Jurista Robison Baroni, também Membro do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, e do Doutor Brasilino Pereira dos Santos, Assessor da Comissão Especial, seguiu-se a

elaboração do anexo Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, aprovado, por unanimidade, em Sessão Plenária de 6 de abril de 1994.

Na mesma Sessão, a Comissão Especial deliberou submeter à superior consideração de Vossa Excelência a anexa minuta de Decreto que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal. O referido Código de Ética Profissional contempla essencialmente duas partes, sendo a primeira de ordem substancial, sobre os princípios morais e éticos a serem observados pelo servidor e a segunda de ordem formal, dispondo sobre a criação e funcionamento de Comissões de Ética.

A primeira parte, que constitui o Capítulo I, abrange as regras deontológicas (Seção I), os principais deveres do servidor público (Seção II), bem como as vedações (Seção III), e a segunda, que constitui o Capítulo II, trata da criação e do funcionamento das Comissões de Ética em todos os órgãos do Poder Executivo Federal.

Entende a Comissão Especial que um Código de Ética Profissional desse jaez se faz imprescindível, máxime num momento em que os atos de corrupção generalizada são estimulados sobretudo pelo mau exemplo decorrente da impunidade, também resultante, quase sempre, da ausência de valores éticos e morais.

Por isso, o referido Código de Ética, ainda no entendimento da Comissão Especial, deverá integrar o compromisso de posse de todo e qualquer candidato a servidor público, sendo-lhe entregue, no momento de sua posse, vinculando-se à sua observância durante todo o tempo do exercício funcional.

A Escola Nacional de Administração Pública e a imprensa terão papel de especial relevância na divulgação do assunto e na colheita de sugestões, junto à cidadania, no sentido de adaptar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil a todos os setores do Poder Executivo Federal.

Enfim, o objetivo mais nobre da elaboração do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi proporcionar uma ampla discussão sobre este assunto, fazendo com que o maior número possível de pessoas adote-o para reflexão e, posteriormente, tome-o como guia de conduta profissional e pessoal.

Para se aferir a conveniência e a oportunidade de um Código de Ética, bastaria lembrar a recomendação, inscrita no Preâmbulo da Constituição, no sentido de que incumbe ao Estado assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem internacional, com a solução pacífica das controvérsias", bem assim em seu artigo 1o, assegurando que a República Federativa do Brasil "constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana".

E ainda como corolário dessa posição assumida pelo Poder Constituinte, mais adiante, ao lado dos princípios doutrinários da legalidade, da impessoalidade e da publicidade, a Constituição, no artigo 37, prestigia o princípio da moralidade administrativa atribuindo-lhe foros jurídicos e, por via de consequência, determinando sua imprescindível observância na prática de qualquer ato pela Administração Pública.

Logo, por força da própria Constituição, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Isto implica dizer que, sobretudo em respeito à Constituição de 1988, que expressamente recomenda a obediência aos cânones da lealdade e da boa fé, a Administração Pública, através de seus servidores, deverá proceder, em relação aos administrados, sempre com sinceridade e lhaneza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia ou produzido de maneira a confundir dificultar ou minimizar o exercício de direitos (MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de Direito Administrativo, 2a edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 71).

Como reforço desse entendimento, a Constituição de 1988 também inovou no artigo 5a, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo esta norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular ou mesmo, antes, revisto administrativamente, conforme o artigo 115 da Lei no 8. 112, de 11 de dezembro de 1990, que consagra posicionamento tradicional da jurisprudência (Súmula no 473 do Supremo Tribunal Federal).

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa, ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Por fim, é ainda a própria Lei Maior que dispõe, conforme o parágrafo 4o de seu artigo 37, que os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, que abrange todos os atos imorais, improbos ou aéticos.

Isso implica, no entendimento da Comissão Especial, a adoção da tradicional doutrina segundo a qual "o agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto, não

podendo desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto". (MAURICE HAURIOU, "Précis Élémentares de Droit Administratif", Paris, 1926, pp. 197 e ss., "apud" MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 18a edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, São Paulo, Malheiros Editores, 1993, p. 84).

Toda a sociedade, conforme o evidenciam a Constituição, as leis emergentes e a tradicional doutrina do Direito Administrativo, vem se convencendo de que somente se a conduta de seus agentes for pautada por princípios rigorosamente conformes à moralidade administrativa e ética, a Administração poderá estabelecer a solidariedade social, como forma de fortalecimento do Estado de Direito.

Daí a necessidade de se proporcionar os meios necessários para que qualquer setor do poder, em vez do exemplo da falta de solidariedade social e do descaso pelo ser humano, inspire confiança e respeito.

Esta necessidade se torna ainda mais premente devido á constatação, a cada momento, da forma humilhante com que, em geral, é tratado o ser humano, sobretudo aqueles mais necessitados de assistência por parte do Estado, como é o caso dos injustiçados em geral, dos menores de idade, dos idosos e, sobretudo, dos enfermos, estes nas longas filas dos hospitais públicos, sem as mínimas condições materiais e humanas para a prestação de um serviço, se não adequado, ao menos razoável.

Com efeito, os atos de desrespeito ao ser humano às vezes chegam a requintes de perversidade, havendo casos em que o próprio servidor público assume a postura de inimigo ou de adversário frente ao usuário, não lhe prestando sequer uma informação de que necessita, dando-lhe as costas como resposta.

Isto, infelizmente, é verdade. Esta é a maneira como são, de regra, operados muitos dos serviços públicos no Brasil, num retrato, sem paralelo nos Países industrializados, da opressão social, da humilhação, da disfunção social, do dano moral.

E as pessoas - de tanto sofrerem danos morais, de tanto contemplarem a esperteza alheia, de tanto serem maltratadas no aguardo da solução de seus problemas, uma doença, um processo à espera do atendimento de um direito seu pela Administração Pública, às vezes aguardando apenas um carimbo ou uma rubrica de um servidor público, o que, muitas vezes, somente acontece depois da morte - por tudo isso, vão perdendo sua fé nas instituições; as pessoas, mesmo aquelas mais cultas, quase sempre não têm consciência de seus direitos e até supõem serem normais os maus tratos recebidos da parte de certos setores do serviço, pensando que os servidores lotados ali estejam no exercício regular de um direito de não serem incomodados pelos problemas que supõem alheios, o que, de resto, conduz a um verdadeiro estado que poderíamos denominar de alienação social ou de inconsciência coletiva.

Por isso, a Comissão Especial, constatada a triste realidade indicativa de que o arcabouço jurídico vem se mostrando cada vez mais ineficiente para corrigir certas anomalias de condutas de que padecem diversos setores do serviço público, decidiu elaborar um Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal, tendo por fundamentos básicos a probidade, decoro no exercício da função pública e os direitos da cidadania de não sofrer dano moral enquanto usuária desses mesmos serviços. Com este Código pretende-se, numa primeira fase de sua implementação, instalar, na Administração Pública, a consciência ética na conduta do servidor público, com o restaurar da sua dignidade e da sua honorabilidade, criando assim incentivos à prática da solidariedade social.

Isso significa, igualmente, a adesão do Estado ao entendimento doutrinário de que sua conduta conforme à Ética consolida efetivamente o Poder, criando em torno da autoridade a colaboração espontânea da cidadania, em decorrência da consequente obtenção de serviços públicos mais satisfatórios.

A consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a cidadania corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Um Código de Ética como o ora submetido a Vossa Excelência, Senhor Presidente, reflete a constatação de que há muito, na sociedade brasileira, existe uma demanda difusa não atendida, pelo resgate da ética no serviço público.

Infelizmente, os serviços públicos continuam cada vez mais tão distantes, tão indiferentes, tão isolados em relação à população, como se o Estado não tivesse nada a ver com os problemas das pessoas, apenando-as com a cruel prática que já se tornou costume, da protelação e do maltrato nas relações entre os servidores e os destinatários dos serviços.

Enfim, Senhor Presidente, a Comissão Especial, no cumprimento de uma das missões com as quais entende haver sido criada, busca com o Código de Ética ora submetido à superior apreciação de Vossa Excelência, a criação de meios que estimulem em cada servidor público o sentimento ético no exercício da vida pública.

O que pretende, enfim, a Comissão Especial é, de qualquer forma contribuir para impedir a continuidade da repetida prática do desprezo e da humilhação com que são, em muitos setores da Administração, tratados os usuários dos serviços públicos, principalmente aqueles mais desprotegidos e que por isso mesmo deles mais necessitam.

Se este Código de Ética tiver o condão de contribuir para o esclarecimento às pessoas sobre seus direitos de serem tratadas com dignidade e respeito por todos os agentes do serviço público já terá alcançado em grande parte seu objetivo.

Por outro lado, deve ser esclarecido que a efetividade do cumprimento do Código de Ética ora apresentado a Vossa Excelência não se baseia no arcabouço das leis administrativas e

nem com estas se confunde, mas se apoia no sentimento de adesão moral e de convicção íntima de cada servidor público.

Reprisa-se que, absolutamente, não se trata de mais uma lei, como se poderia pensar à primeira vista, mas de um Código de Ética, que deverá ser cumprido não tanto por sua condição de ato estatal, aprovado por um Decreto do Senhor Presidente da República, na qualidade de titular da "direção superior da administração federal" (Constituição, artigo 84, inciso II), mas principalmente em virtude da adesão de cada servidor, em seu foro íntimo, levando, com isso, o Estado a assumir o papel que sempre lhe foi incumbido pela Sociedade, notadamente nas áreas mais carentes, como é o caso da prestação dos serviços de saúde, segurança, transporte e educação.

Portanto, conforme o entendimento da Comissão Especial, expresso neste Código de Ética, o princípio da obrigatoriedade do procedimento ético e moral no exercício da função pública não tem por fundamento a coercibilidade jurídica. Aliás, até mesmo a coercibilidade jurídica deve buscar seu fundamento na Ética, pois esta, a rigor, não se impõe por lei. Ao contrário, está acima da lei, a ditar as diretrizes desta, fazendo-se aceitar mais pelo senso social, pela educação, pela vontade íntima do próprio agente moral, acolhida com liberdade, em decorrência de sua conscientização e de sua convicção interior.

Enfim, o Código de Ética ora apresentado a Vossa Excelência não se confunde com o regime disciplinar do servidor público previsto nas leis administrativas. Antes de tudo, fornece o suporte moral para a sua correta aplicação e cumprimento por todos os servidores.

Para melhor se compreender a total separação entre o Código de Ética e a lei que institui o regime disciplinar dos servidores públicos, basta a evidência de que o servidor adere à lei por uma simples conformidade exterior, impessoal, coercitiva, imposta pelo Estado, pois a lei se impõe por si só, sem qualquer consulta prévia a cada destinatário, enquanto que, no atinente ao Código de Ética, a obrigatoriedade moral inclui a liberdade de escolha e de ação do próprio sujeito, até para discordar das normas que porventura entenda injustas e lutar por sua adequação aos princípios da Justiça. Sua finalidade maior é produzir na pessoa do servidor público a consciência de sua adesão às normas preexistentes através de um espírito crítico, o que certamente facilitará a prática do cumprimento dos deveres legais por parte de cada um e, em conseqüência, o resgate do respeito aos serviços públicos e à dignidade social de cada servidor.

Por último, o Código de Ética prevê que o julgamento do servidor em falta será feito por uma Comissão de Ética, formada por três servidores indicados conforme seus antecedentes funcionais, passado sem máculas, integral dedicação ao serviço público, boa formação ética e moral.

As Comissões de Ética pretendem ser um elo de ligação entre o usuário e o serviço público, encarregadas de orientar e aconselhar sobre a ética na Administração Pública, sobretudo no tratamento das pessoas e na proteção do patrimônio moral e material do serviço público.

Caberá às Comissões de Ética instaurar processo sobre ato, fato ou conduta passível de infringência a princípio ou norma ética, de ofício ou mediante consulta, denúncia ou representação, formulada por qualquer pessoa que se identifique ou entidade associativa de classe regularmente constituída, contra servidor público ou contra o setor ou a repartição pública em que haja ocorrido a falta. A pena será a censura, devendo a decisão ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

Com base no exposto, Senhor Presidente, valho-me da presente para submeter, em nome da Comissão Especial, à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Decreto que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Respeitosamente,

ROMILDO CANHIM

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.